

Organizadores
Selma Lúcia de Moura Gonzales
Mário Brasil do Nascimento
Débora C. Duran Prieto Negrão de Souza



CGEOD 2023

Geopolítica e Defesa:

espaço, poder e atores





CGOD 2023

Geopolítica e Defesa: espaço, poder e atores

Créditos

Chefe de Educação e Cultura

Gen Ex Francisco Humberto Montenegro Júnior

Comandante da Escola Superior de Defesa

Major-Brigadeiro Carla Lyrio Martins

Diretora da Fundação Alexandre de Gusmão

Embaixadora Márcia Loureiro

Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI)

Ministro Almir Lima Nascimento

Equipe Diretora do Curso de Geopolítica e Defesa

Diretor

Cel R1 Mário Brasil do Nascimento

Vice-Diretor

Cel R1 Fernando Cesar Hernandez

Coordenadores Acadêmicos

Professores Doutores

Ten Cel Selma Lúcia de Moura Gonzales

Fábio Albergaria de Queiroz

Leonardo Ulián Dall Evedove

Coordenadora Pedagógica

Ten Diana Oliveira Campus Cautela

Apoio Administrativo

Sgt Luciana Barbosa da Costa Mesquita

Professores

Ministro Almir Lima Nascimento (IPRI/FUNAG)

Prof. Dr. Antônio Jorge Ramalho Rocha

TC (Profª Drª) Selma Lúcia de Moura Gonzales

Prof. Dr. Aldo Aloisio Dantas da Silva (UFRN)

Ministro Braz da Costa Baracuh Neto (MRE/OMC)

Profa Dra Adriana Erthal Abdenur (Presidência da República)

Prof. Dr. Paulo Eduardo Aguiar Saraiva Câmara (UnB/ESD)

Prof. Dr. Wellington Dantas de Amorim (ESD)

Profª Drª Danielle Jacou Ayres Pinto (UFSC)

Cel FAB Paulo Roberto Cursino Dos Santos (EMAER)

Cel (Prof. Dr.) Oscar Medeiros Filho (CEEEx)

Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa (USP)

Prof. Dr. Leonardo Ulián Dall Evedove (ESD)

Prof. Dr. Argemiro Procópio Filho (UnB)

Prof. Dr. Raymond Mark Kirton (Guiana)

Projeto Gráfico e Diagramação

Profa. Dra. Débora Duran

Imagem da capa

Mário Oliveira - Prefeitura de Manaus

Revisão

Maj Ana Rita de Avila Belbute Peres

Sumário

AGRADECIMENTOS 5

APRESENTAÇÃO 7

MAJ-BRIGADEIRO CARLA LYRIO MARTINS, COMANDANTE DA ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA
EMBAIXADORA MÁRCIA LOUREIRO, DIRETORA DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A CONVERGÊNCIA ENTRE A AGENDA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A AGENDA DE DEFESA 11

MINISTRO ALMIR LIMA NASCIMENTO, DIRETOR DO IPRI/FUNAG

ENSAIOS

Alterações ambientais e mudanças climáticas: impactos no Brasil 13

GRUPO 1

CARLOS LEOPOLDO GONÇALVES DE OLIVEIRA, DÉBORA CASTILHO DURAN PRIETO NEGRÃO DE SOUZA, FERNANDO CÉSAR HERNANDES, LEANDRO BARBOSA MARTIN, LUCIANO HENRIQUE MEDEIROS RODRIGUES, SOLANO MAGALHÃES DE CARVALHO VILA NOVA, THAÍAS DIAS GONÇALVES

Brasil e o potencial econômico de seu entorno estratégico33

GRUPO 2

ADRIANO DE ANDRADE PONTES, ANDRÉ TRIPOLI, CÓSAM DE CARVALHO COUTINHO, DANIEL GUILARDUCCI MOREIRA LOPES, JOSÉ MAURÍCIO PINHEIRO DE OLIVEIRA, JULIANO NARESSI NEVES, KAIO DA SILVA PONTES, TALITA MARIA MOREIRA DE ALMEIDA

Brasil e as questões antárticas e árticas41

GRUPO 3

ALEXSANDRO SOUZA DE LIMA, CHESLLEN DA SILVA PEREIRA, FLÁVIA XIMENES AGUIAR DE SOUSA, GOLDWIN ZIMMERMAN, GUSTAVO JOSÉ DE ANDRADE PEREZ GARRIDO, JOSÉ AIRTON SOMAVILLA BOMFIM, LUIZ EDUARDO REIS NAVA, MARCO ANDRÉ MENEZES DOS SANTOS

O pleito brasileiro à Elevação do Rio Grande: os interesses brasileiros na extensão de sua plataforma continental53

GRUPO 4

EDUARDO SFOGLIA, EMERSON LUIS DA SILVA PRADO, FÁBIO ALEXANDRE FREIXO, IVAN CARLOS SOARES DE OLIVEIRA, JOÃO PAULO ALEXANDRE DE SOUSA, LAURA BERDINE SANTOS DELAMONICA, MARCELO WILKER SILVA DE OLIVEIRA

A Grande Estratégia no Brasil61

GRUPO 5

ALEXANDRE DUARTE SIQUEIRA, CARLOS ROBERTO DO NASCIMENTO JUNIOR, ERLON MOISA, GIOVANI DALAROSA AMARAL, MARIA ROSARIA DA SILVA BARCELLOS, MAURO JOSÉ DA SILVA GONÇALVES, RODRIGO RESENDE DO MONTE

DISCURSOS DE ENCERRAMENTO 75

LAURA BERDINE SANTOS DELAMO
CÓSAM DE CARVALHO COUTINHO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G342 Geopolítica e Defesa: espaço, poder e atores / organizadores, Selma Lúcia de Moura Gonzales, Mário Brasil do Nascimento, Débora Duran, Fundação Alexandre de Gusmão e Escola Superior de Defesa – Brasília, DF: Escola Superior de Defesa, 2024.
83 p.

ISBN: 978-65-997788-5-8

1. Geopolítica 2. Defesa. I. Gonzales, Selma Lúcia de Moura. II Nascimento, Mário Brasil do. III. Duran, Débora. IV. Escola Superior de Defesa. V. Fundação Alexandre de Gusmão. VI. Título.

CDD: 320.12

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Profa. Therezinha de Castro - ESD

Agradecimentos

À Escola Superior de Defesa, na pessoa do seu comandante Major-Brigadeiro do Ar Valdir Eduardo Tuckumantel Codinhoto, por oportunizar a realização do curso Geopolítica e Defesa.

À Fundação Alexandre de Gusmão, na pessoa da Presidente, Embaixadora Márcia Loureiro, e ao Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, representado pelo seu diretor, Ministro Almir Lima Nascimento, pela produtiva e enriquecedora parceria, o que proporcionou a participação de diplomatas no curso

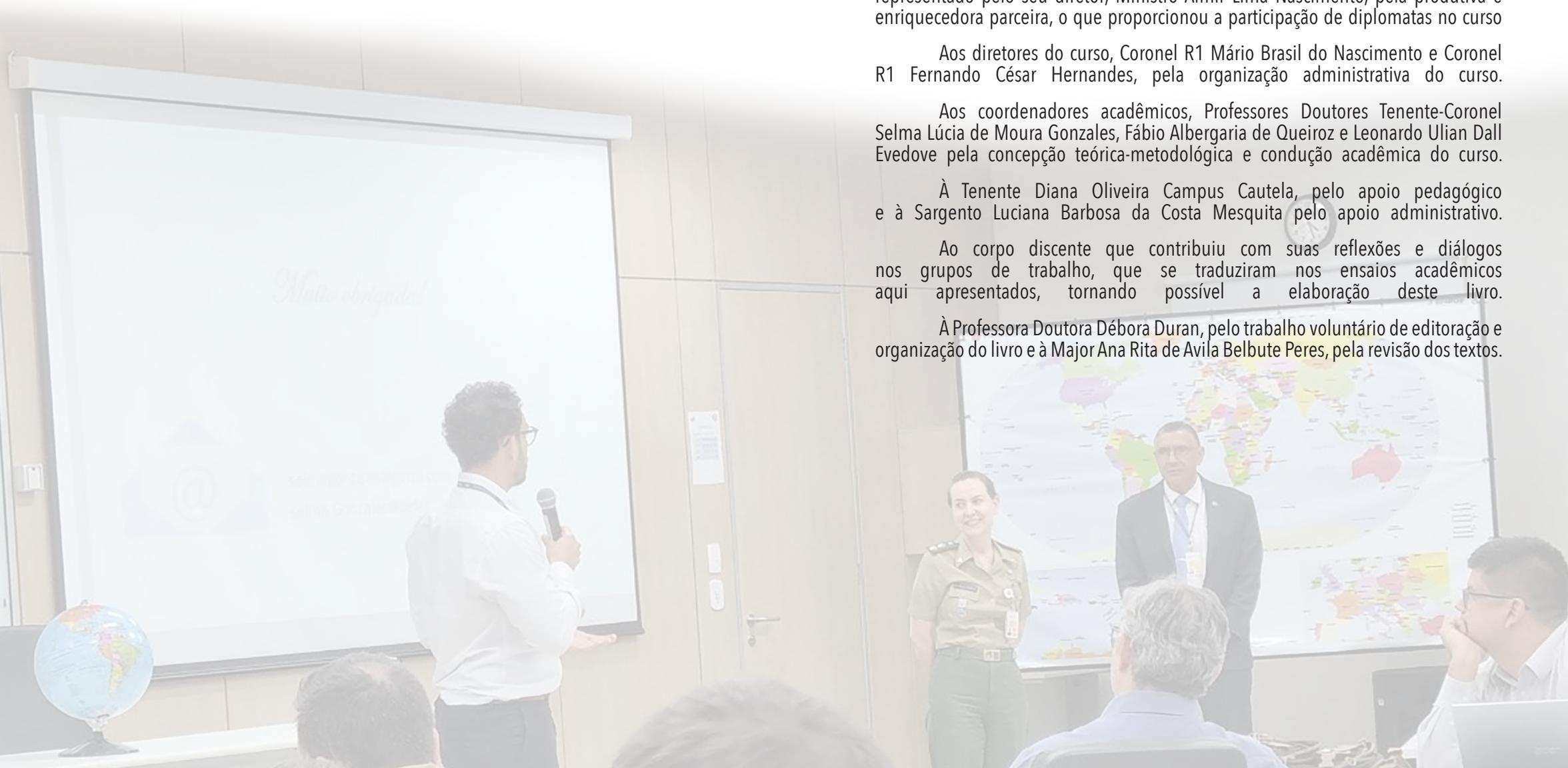
Aos diretores do curso, Coronel R1 Mário Brasil do Nascimento e Coronel R1 Fernando César Hernandes, pela organização administrativa do curso.

Aos coordenadores acadêmicos, Professores Doutores Tenente-Coronel Selma Lúcia de Moura Gonzales, Fábio Albergaria de Queiroz e Leonardo Ulian Dall Evedove pela concepção teórica-metodológica e condução acadêmica do curso.

À Tenente Diana Oliveira Campus Cautela, pelo apoio pedagógico e à Sargento Luciana Barbosa da Costa Mesquita pelo apoio administrativo.

Ao corpo discente que contribuiu com suas reflexões e diálogos nos grupos de trabalho, que se traduziram nos ensaios acadêmicos aqui apresentados, tornando possível a elaboração deste livro.

À Professora Doutora Débora Duran, pelo trabalho voluntário de editoração e organização do livro e à Major Ana Rita de Avila Belbute Peres, pela revisão dos textos.



Apresentação

Major-Brigadeiro Carla Lyrio Martins
COMANDANTE DA ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA (ESD)

Embaixadora Márcia Loureiro
DIRETORA DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

A origem do Curso de Geopolítica e Defesa (CGEOD) remonta ao Curso de Geopolítica, concebido em 2022 na Escola Superior de Defesa (ESD). A partir de uma demanda advinda da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), e levado a termo por meio de um arranjo tripartite ESD, FUNAG e Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), esse curso ocorreu de 28 de março a 1o de abril de 2022, com uma carga horária total de 20 horas. Teve por objetivo capacitar diplomatas, integrantes do Corpo Permanente da ESD e militares do CEEEx para o uso de ferramentas analíticas da geopolítica, campo de conhecimento fundamental para se pensar uma grande estratégia brasileira para o presente século. São três os pilares fundamentais que suportam os estudos geopolíticos, quais sejam: espaço, poder e atores, assim como os processos advindos dessas interconexões em diferentes contextos.

Reconhecendo a importância de ampliar o debate e as reflexões sobre a geopolítica e sua vinculação aos temas atinentes à defesa, ao desenvolvimento e à política externa, optou-se pela criação de um curso com maior carga horária. Destinado a servidores civis e militares, em postos de alto nível, visa contribuir para a elaboração de políticas e estratégias de interesse do Brasil; e suas relações com os temas de segurança, desenvolvimento e defesa. Assim, foi criado e ofertado o CGEOD em 2023, em parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão, na sua versão experimental que contou com a participação, em seu quadro discente, de diplomatas, militares, professores-doutores e servidores de diversos ministérios, agências, bem como do Gabinete de Segurança Institucional e da Presidência da República.

O CGEOD foi ofertado de forma híbrida: uma semana no ambiente virtual de aprendizagem e duas semanas presenciais, totalizando 68 horas. A metodologia proposta propiciou situações desafiadoras adequadas ao desenvolvimento do pensamento crítico com base nas premissas que formam o campo de conhecimento da geopolítica e do papel do Brasil na arquitetura global de poder, tendo como referência os grandes temas da agenda geopolítica contemporânea. O objetivo geral do curso foi desenvolver competências analíticas e interpretativas a partir de uma estrutura relacional originada no trinômio espaço – poder – atores. Para tanto, a proposta abrangeu três grandes perspectivas: político-diplomática, militar-estratégica e econômica-social; e, nesse contexto, os desdobramentos para o Brasil, sobretudo para a Defesa Nacional.



Conheça a ESD
vídeo institucional



O recorte analítico do curso buscou proporcionar, aos discentes, experiências de aprendizagem capazes de: fomentar a análise de conceitos geopolíticos e a aplicabilidade de sua extensão na contemporaneidade; compreender a dinâmica geopolítica intrínseca aos temas da agenda contemporânea, com foco na agenda contemporânea; promover o debate acerca das perspectivas geopolíticas do Brasil e sua atuação externa; aplicar ferramentas analíticas da geopolítica em situações que demandem processos decisórios; e analisar o papel da geopolítica na formulação de um planejamento estratégico nacional.

Em busca de um diálogo construtivo, ao longo do curso foram promovidos debates em sala de aula e, especificamente, em grupos de trabalho, nos quais os alunos e alunas tiveram a oportunidade de elaborar ensaios, a fim de elencar as principais ideias discutidas coletivamente.

Os temas abordados foram: alterações ambientais e mudanças climáticas: impactos ao Brasil; Brasil e seu entorno estratégico; o Brasil e as questões polares (Ártico e Antártica); o pleito brasileiro à elevação do Rio Grande; e Grande Estratégia no Brasil.

O livro é resultado da compilação desses ensaios, construídos a partir do diálogo crítico e criativo entre cursistas. O conjunto dos textos revela diferentes pontos de vista e abordagens que, após o consenso das diversas equipes, constitui-se no resultado aqui apresentado. Nesse sentido, as ideias elencadas na obra em vias de apresentação são de total responsabilidade de seus autores e não representam um posicionamento institucional da Escola Superior de Defesa e da Fundação Alexandre de Gusmão.

Esperamos que esta leitura possa contribuir para a reflexão inicial sobre temas de inegável atualidade e importância geopolítica para o Brasil.



A convergência entre a Agenda de Relações Internacionais e a Agenda de Defesa

Ministro Almir Lima Nascimento
DIRETOR DO IPRI/FUNAG

"O diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais." Raymond Aron

O presente e-book, cuja gênese deu-se a partir dos debates do Curso de Geopolítica e Defesa (CGEOD), em outubro de 2023, é mais um capítulo da história de cooperação que a ESD e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) têm escrito desde 2021 e que foi formalizada em 2022. Essa profícua parceria, que já produziu seminários, cursos e publicações, pode ter suas raízes conceituais traçadas desde a noção de que a política externa e a política de defesa de um país são, na prática, indissociáveis.

No caso brasileiro, é bem ilustrativo que, quando da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, o Príncipe Regente D. João, em decreto de 11 de março de 1808, tenha criado a Secretaria de Estado para os Negócios Estrangeiros e da Guerra, organizando diplomacia e guerra, diplomatas e militares, na mesma pasta. Não seria exagero, portanto, afirmar que, no Brasil, tratam-se de políticas públicas (diplomacia e defesa) e até de carreiras de Estado "irmãs".

Se, contudo, por um lado, tal convergência, entre a agenda de Defesa e segurança e a agenda de Relações Exteriores e diplomacia é natural, por outro lado, não prescinde de um esforço constante de manutenção e de construção de pontes. A dimensão acadêmica, até pela sua própria natureza afeita ao intercâmbio de ideias e perspectivas, é canal privilegiado para fortalecer essa sinergia.

O Curso de Geopolítica e Defesa (CGEOD) propiciou essa oportunidade de avanço. Em um dos painéis que permearam as atividades do curso foi o da necessidade de uma "Grande Estratégia Brasileira". Um tópico que sobressaiu na análise desse tema foi o da importância de não apenas de se definir as diretrizes e os objetivos nacionais, mas também de refletir sobre os desafios da sua execução, o que frequentemente é a questão mais complexa e mais definidora do sucesso ou do fracasso em cumprir as metas estabelecidas.

Nesse aspecto, o diálogo entre diplomacia, defesa e academia, que a parceria entre ESD e FUNAG contribuiu para fomentar com o CGEOD, acerta ao examinar, além de diagnósticos e dos fins a serem alcançados, a relevância dos meios de consecução, um dos elementos essenciais dessa indivisibilidade que existe entre a inserção internacional de um país e a sua defesa nacional.

Alterações ambientais e mudanças climáticas: impactos no Brasil

Grupo 1

Carlos Leopoldo Gonçalves de Oliveira
Débora Castilho Duran Prieto Negrão de Souza
Fernando César Hernandes
Leandro Barbosa Martin
Luciano Henrique Medeiros Rodrigues
Solano Magalhães de Carvalho Vila Nova
Thais Dias Gonçalves

1 INTRODUÇÃO

As alterações ambientais e as mudanças climáticas podem provocar transformações significativas nos padrões do ciclo de vida do planeta ao longo do tempo. No cenário mundial, os fatores climáticos extremos geram efeitos negativos na dinâmica social, econômica e política dos países atingidos, bem como são potencialmente capazes de afetar as relações internacionais. A hipótese de uma catástrofe climática explicita a possibilidade de prejuízos econômicos, deslocamentos internos e externos, conflitos e até mesmo ingerência externa, numa nova configuração geopolítica em que o Brasil se destaca e se depara com ameaças e oportunidades.

Segundo Kirch, Menne e Bertollini (2005), fatores climáticos extremos são aqueles eventos para os quais a sociedade é incapaz de lidar, ou ainda eventos estocásticos raros. Segundo a teoria probabilística, esse tipo de evento apresenta um padrão cujo estado é indeterminado por ser resultante de alguma variável aleatória.

De acordo com Dias (2014), os eventos climáticos extremos que se apresentam em diferentes regiões do Brasil fazem parte de um contexto de padrões de clima globais, pois não ocorrem isoladamente num lugar. As secas e as enchentes, bem como os extremos de frio e de calor estão associados ao El Niño e La Niña, mas é importante destacar que também existem padrões ainda pouco conhecidos que se manifestam em associação a situações esperadas num contexto de mudanças climáticas globais.

Mankiw (2022), partindo de uma perspectiva econômica, afirma que as externalidades dizem respeito aos “impactos não compensados das ações de uma pessoa sobre o bem-estar de outras que não participam daquelas ações”, ou seja, são as consequências de uma decisão sobre aqueles que dela não participaram, de tal modo que podem gerar efeitos benéficos ou prejudiciais à sociedade. Salvo melhor juízo, de acordo com os conceitos apresentados, as externalidades decorrentes dos fatores climáticos extremos contemplam, em sua origem, a influência da própria ação humana sobre o meio ambiente.

Como exercício crítico-reflexivo, destacamos, no teor deste ensaio acadêmico, duas externalidades que têm impactado negativamente o Brasil. Como consequência das mudanças climáticas que têm desencadeado secas na Região Norte e inundações na Região Sul, revelam-se como problemas candentes as perdas na produção

agrícola nacional e a securitização da Região Amazônica. Diante desse cenário, propomos duas linhas de ação complementares para o enfrentamento da referida problemática: a melhoria na gestão pública para a mitigação dos efeitos dos desastres naturais na agricultura e a construção de arranjos regionais para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas aliada ao desenvolvimento de uma política de segurança amazônica. Tais propostas, que articulam direta ou indiretamente a diplomacia e a Política Nacional de Defesa, tencionam responder às demandas internas e às possíveis ameaças externas que emergem na dinâmica geopolítica da sociedade global.

Os impactos das alterações ambientais e das mudanças climáticas no Brasil serão apresentados com foco nas externalidades atreladas aos eventos climáticos extremos (ECE) que atingiram as regiões supracitadas, no ano de 2023. O desafio é complexo, pois o Brasil precisa garantir sua importância como produtor de alimentos a fim de se tornar uma potência regional e mundial. De acordo com Pereira (2018), o Brasil já atende aos requisitos para ser considerado potência regional, conforme os modelos propostos por Kenneth Organsky (Population and World Power) e Ray Cline. Contudo, nosso país, que em 2050 terá cerca de 250 milhões de habitantes, é ainda avaliado como sendo apenas uma potência emergente.



2 FATORES CLIMÁTICOS EXTREMOS, EXTERNALIDADES AMBIENTAIS E SEUS IMPACTOS NO BRASIL

Apesar de não haver consenso entre os pesquisadores, entende-se que certos riscos planetários são agravados pelas atividades humanas, como o desmatamento e a queima de combustíveis fósseis que emite gases de efeito estufa. Nesse sentido, diversos autores sustentam que o aumento da concentração desses gases na atmosfera faz a temperatura da Terra elevar-se gradualmente, causando os ECE (Caldwell; Williams Jr, 2016; Artaxo, 2022).

O planeta registrou, em 2023, ondas de calor, incêndios e inundações, que se tornaram mais frequentes e intensas devido ao aquecimento global. A América Latina sofreu ondas de calor invernal, com temperaturas acima de 30°C no inverno, incomum para o período. Alguns cientistas afirmam que as temperaturas elevadas são o resultado da mudança climática (Silva Dias, 2014; Figueres; Ivanova, 2005), acentuada pelo retorno do fenômeno El Niño. No Brasil, a elevação da temperatura tem causado secas no Norte e ciclones extratropicais no Sul.

O fenômeno recente das secas, na Região Amazônica, compromete o consumo de água, a piscicultura, a agricultura e o funcionamento de hidrelétricas. As chuvas abaixo da média afetam os rios que já registram níveis históricos para o período de estiagem. A tendência é que a seca possa piorar em alguns pontos, conforme indicam os dados de monitoramento hidrológico realizado pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB). Pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) sustentam que a gravidade da seca no Norte não pode ser explicada somente pelo aquecimento global, pois sofre influência do El Niño e do dipolo Atlântico. Esses fenômenos, juntos, tiveram como consequência a drástica redução do regime de chuvas na Região Norte do Brasil e afetam diretamente a rotina de todos que possuem suas vidas ligadas às calhas dos rios Solimões/Amazonas, Negro, Branco, Madeira, Purus e Juruá.

Há dezenas de municípios em situações emergenciais nos diversos estados da região. No entanto, os prejuízos são maiores para as comunidades ribeirinhas que moram nas calhas de grandes rios amazônicos e que deles se valem como via de transporte. Cientistas do INPE afirmam que se os ECE forem cada vez mais frequentes, poderão reduzir a janela hidrológica e afetar toda a rede fluvial na floresta Amazônica, com processo de repetição em tempo menor do que o El Niño (4 anos). Para agravar a situação, a região tem enfrentado, também, grandes nuvens de fumaça decorrentes de queimadas na região, facilitadas pela maior disponibilidade de biomassa nos solos devido à seca, o que aumenta o material combustível presente. (INPE, 2023).

As mudanças climáticas também causaram, em 2023, diversos ECE na Região Sul, como ciclones e inundações. Tais mudanças têm aumentado a frequência

e a intensidade dos referidos fenômenos, de modo que, neste ano, o Sul do Brasil já registrou diversas mortes em decorrência do ciclone extratropical, que atingiu a Região, no dia 4 de setembro. O ciclone teve origem em um sistema de baixa pressão e ganhou intensidade à medida que se deslocou em direção ao oceano, com rajadas de vento de até 100 km/h. A consequência foi um cenário de destruição, com casas destruídas e arrastadas pela força das águas, inundações e desolação em várias cidades. O agravamento dos fenômenos climáticos na Região Sul implica um alto custo humano e material. Por esse motivo, faz-se necessária uma atitude preventiva diante da possibilidade de aumento da frequência de tais eventos. O Rio Grande do Sul foi assolado pela seca extrema durante 3 anos e, em 2023, a chegada do fenômeno El Niño deve elevar em 50% as chuvas na região (Stein; Falceto, 2023).

2.1 Perdas na produção agrícola

As mudanças climáticas têm causado eventos extremos como chuvas e secas em diferentes regiões do Brasil, impactando diretamente a agricultura, um dos motores do crescimento econômico nacional. De acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2023), a contribuição da agricultura para o setor econômico do país alcançou R\$ 1,35 trilhão nos seis primeiros meses de 2023, ante R\$ 1,16 trilhão no mesmo período de 2022.

A agricultura é uma atividade altamente dependente de fatores climáticos, razão pela qual a mudança no clima pode afetar a produção agrícola de várias formas. Dentre elas, destacam-se a mudança no número de graus-dia de crescimento devido às alterações na temperatura do ar, bem como a modificação na ocorrência e na severidade de pragas e doenças, dentre outras (Agrosmart, 2023). De acordo com as projeções de aumento da temperatura do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, 2023), a configuração da agricultura brasileira pode mudar significativamente nos próximos anos. Culturas como algodão, arroz, café, feijão, girassol e milho sofrerão uma diminuição da área favorável ao plantio, exceto a cana-de-açúcar e a mandioca. Segundo a Agrosmart (2023), a soja será a cultura mais afetada com a mudança no clima. Com diminuição de até 41% de áreas de baixo risco para o plantio do grão em todo país em 2070, em decorrência do aumento da deficiência hídrica e de possíveis veranicos mais intensos, gerando prejuízos de bilhões de reais. Isso poderá levar à metade das perdas projetadas para a agricultura brasileira.

De acordo com Guevara (2019), há vários eventos climáticos extremos associados ao aumento de temperatura global que podem afetar a agricultura, tais como: ondas de calor, veranicos e chuvas e ventos intensos. De acordo com os autores, as ondas de calor, com temperaturas máximas diárias acima de 32°C, são responsáveis pela queda da produção agrícola, uma vez que interferem nas fases do ciclo fenológico das culturas e no desenvolvimento de órgãos vitais das

plantas. Como consequência do aumento do calor, estima-se que as culturas agrícolas nacionais poderão sofrer um decréscimo significativo. Os veranicos são períodos de estiagem, acompanhados de calor, forte insolação e baixa umidade relativa que podem ocorrer na estação chuvosa ou no inverno e exigir mais irrigação. Desse modo, o cultivo da soja pode ser prejudicado na Região Sul e, infelizmente, alguns estados do Nordeste podem perder significativamente sua área agricultável. As chuvas e os ventos intensos, por sua vez, podem causar problemas para a mecanização agrícola devido à inundação das áreas cultivadas. Os ventos fortes ou a chuva intensa pode prejudicar as plantações de cana-de-açúcar, trigo e arroz e dificultar a pulverização com defensivos contra pragas e doenças.

Almeida (2023) afirma que a seca histórica que atinge o Amazonas já revela prejuízos significativos, sendo a pior dos últimos 40 anos. Com a diminuição da chuva, aumento da temperatura e redução da umidade do solo, o estado enfrenta uma crise que afeta agricultores e pecuaristas, sendo que 62 municípios decretaram estado de emergência. Há, portanto, dificuldades de acesso à água potável, alimentação e combustível que afetam principalmente as comunidades isoladas. Estima-se que 60% dos produtores amazonenses já estejam sofrendo os impactos da seca na queda na produção, dificuldades de escoamento e acesso a insumos.

De acordo com o levantamento realizado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Schwengber, 2023), 49,2 mil propriedades da zona rural foram afetadas pelas chuvas do mês de outubro. Com aproximadamente 162 municípios atingidos pelas perdas, estima-se que os prejuízos ultrapassam R\$ 1,6 bilhão, sendo que as maiores perdas ocorreram em lavouras temporárias, com destaque para as culturas de fumo e de cebola. As chuvas estão causando diversos problemas nas atividades agrícolas, tal é o caso do atraso nas épocas de semeadura de culturas de verão. Ademais, devido às inundações, diversas plantações ficaram completamente submersas, assim como é sério o atraso na colheita de culturas de inverno que implica em prejuízo na quantidade e na qualidade dos grãos colhidos.

2.2 Securitização da Amazônia

A teoria da securitização foi concebida pela Escola de Copenhague após a Guerra Fria. Uma questão torna-se securitizada quando os discursos dos atores securitizadores, de acordo com suas percepções, apresentam justificativas para que um determinado tema, devido ao risco que impõe, necessite de medidas extraordinárias e de um status diferenciado, sugerindo ações para além dos

procedimentos políticos normais (Buzan; Waever; Wilde, 1998). Em linhas gerais, o conceito de securitização amplia o sentido de segurança ao incluir ameaças não contempladas no âmbito da segurança estatal e militar, de tal modo que um tema, a exemplo do meio ambiente, pode tornar-se prioritário até o ponto de transformar-se numa questão de segurança. Nessa linha de raciocínio, a passagem de uma questão da esfera política para a de segurança torna lícita a adoção de medidas extraordinárias de exceção para fazer frente à potencial ameaça e proteger o objeto vulnerável.

De acordo com Silva (2019), a Amazônia é uma região de cobiça internacional, uma vez que detém grande parcela dos recursos naturais do planeta. Trata-se de uma das áreas mais importantes do planeta, razão pela qual a ausência estatal e a baixa demografia revelam-se como pontos de vulnerabilidade à soberania brasileira. Sendo assim, o governo brasileiro tomou algumas medidas para posicionar-se diante de inimigos tradicionais externos e riscos potenciais relacionados às questões ambientais e indígenas, bem como às Organizações Não Governamentais (ONGs), que muitas vezes são porta-vozes dos interesses das grandes potências e crimes transnacionais. Segundo Villas Bôas (2022), "sempre que as questões climáticas dominam a pauta, a Amazônia desponta como a maior preocupação mundial. O Brasil é posto em xeque, e o coro questiona: o que será de todos nós se a floresta ruir?"

O General Meira Mattos (1980) assevera que desde o período colonial a Amazônia é alvo de disputas. A segurança, por ser um tema clássico da geopolítica e relevante para a agenda de políticas públicas dos Estados, põe o Brasil na mira internacional, já que sua capacidade de proteger a Amazônia é colocada em xeque. Desse modo, surgem alguns discursos ambientalistas, calcados nas mudanças climáticas, buscam validar a gestão compartilhada e a internacionalização da Amazônia.

Becker (2005) classificou a Amazônia como o Heartland Ecológico do Planeta, fazendo uma analogia ao britânico Mackinder (1861-1947). Segundo a autora, existem três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo: o primeiro seria a Antártida, que é um espaço dividido entre as grandes potências; o segundo seriam os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, que são espaços não regulamentados juridicamente; e o terceiro seria a Amazônia, região que está sob a soberania de estados nacionais, entre eles o Brasil, sendo este detentor de maior parte dessa rica região. Afirma ainda que existe uma relação global entre a distribuição geográfica dos estoques de riquezas naturais e de tecnologia e recursos, pois enquanto as tecnologias avançadas são desenvolvidas nos centros de poder, as reservas naturais estão localizadas nos países periféricos, ou em áreas não regulamentadas juridicamente, sendo essa a base da disputa.

Galdino (2007) afirma que, em 2004, Klaus Toepfer, secretário do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), teria se pronunciado em relação ao Brasil, afirmando que a biodiversidade da floresta amazônica seria um “patrimônio comum da humanidade”. Ainda destaca a tese ecológica defendida pelo ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, que insistia em pedir que a região fosse tratada como um “patrimônio da humanidade” e que, portanto, deveria ser submetida a um sistema internacional de tutela. Baseado na Carta das Nações Unidas, sugeria ainda que todos os países amazônicos deveriam colocar, voluntariamente, seus territórios sob a jurisdição do Conselho de Tutela. De acordo com o autor supracitado, os ecologistas se apoiam em alguns problemas da Região Amazônica para fundamentar seus argumentos, a exemplo do discurso segundo o qual as queimadas na Amazônia teriam forte influência sobre o aquecimento global. Contudo, é importante esclarecer que mais de 90% do dióxido de carbono (CO₂), principal gás causador do efeito estufa, é lançado na atmosfera pelos países desenvolvidos e pela China.

3 LINHAS DE AÇÃO

3.1 Melhorias na gestão pública para a mitigação dos efeitos dos desastres naturais na agricultura

O uso eficaz de recursos financeiros para mitigar os efeitos nocivos das enchentes e secas no Brasil, destacando-se as perdas na agricultura, é crucial para enfrentar os desafios climáticos. Nesse sentido, investimentos em infraestrutura de drenagem, sistemas de alerta precoce e gestão sustentável das bacias hidrográficas são essenciais. Além disso, é importante promover o reflorestamento e a preservação das áreas naturais, que por sua vez atuam como esponjas naturais durante eventos de chuvas intensas. No caso das secas, é fundamental investir em tecnologias de conservação de água, como barragens, sistemas de irrigação eficientes e incentivar práticas agrícolas sustentáveis. Ademais, programas de educação e conscientização podem ajudar as comunidades a gerenciar melhor seus recursos hídricos.

De acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Esalq/USP, o PIB do agronegócio brasileiro alcançou R\$ 1,35 trilhão no primeiro semestre de 2023, ante R\$ 1,16 trilhão no mesmo período de 2022. De acordo com Heiderich (2023), o agronegócio brasileiro é um pilar econômico do País, pois impulsiona o crescimento e enfrenta desafios de maneira determinada. De acordo com a pesquisadora, “com um compromisso crescente com a sustentabilidade e a inovação, o setor está bem-posicionado para enfrentar o futuro e continuar a desempenhar um papel fundamental na alimentação do mundo”. A seu ver, a sustentabilidade permanecerá no centro das atenções e as questões ambientais, como o desmatamento na Amazônia, continuarão a atrair a atenção global e exigem esforços contínuos de conservação.

A Controladoria-Geral da União (CGU) desempenha um papel vital na supervisão e fiscalização desses recursos, garantindo que sejam utilizados de maneira transparente, eficiente e eficaz. Nesse sentido, deve garantir que esses recursos sejam alocados de forma adequada, evitando desvios e garantindo que cheguem às comunidades que mais precisam. A prestação de contas e a transparência nas ações do governo são essenciais para construir a confiança dos cidadãos e garantir o sucesso desses esforços de mitigação. Dessa forma, a título de exemplo da situação no país, por meio do Relatório de Avaliação 936060 (Brasil, 2021), a Controladoria avaliou a preparação para enchentes no Rio Grande do Sul. Esse Relatório foi utilizado para destacar a importância da correta utilização de recursos financeiros suficientes para a gestão de crises relacionadas a enchentes no Brasil. Com isso, destacam-se as conclusões obtidas no referido trabalho de auditoria.

O trabalho da CGU foi realizado em cinco municípios com maior incidência de desastres de enchentes ou inundações, combinados com os de maior ocorrência de danos humanos, objetivando-se realizar um diagnóstico da preparação para o enfrentamento destes desastres. Neste sentido, foram aplicados testes nos municípios de Montenegro, Parobé, Esteio, Cristal e Cachoeira do Sul, para avaliar a resposta dos governos locais para o caso de enchentes ou inundações, a fim de identificar possíveis riscos e vulnerabilidades nos processos existentes junto às prefeituras dos Municípios citados.

Nesse sentido, infere-se que o planejamento para o atendimento da população, bem como a organização da resposta apresentaram diversas lacunas que vão desde a inexistência de um sistema de alerta ou alarme para as pessoas em situação de risco, definição das ações de atendimento médico hospitalar e psicológico aos atingidos por desastre, localização dos centros de recebimento e

organização da estratégia de distribuição de doações e suprimentos, da carência de preparação para o investimento na gestão de riscos e desastres até a inoperância de Conselhos ou Núcleos da Defesa Civil como forma de estimular a participação popular. Essa conclusão demonstra a carência de investimentos em um estado severamente atingido por inundações, em 2023. Destaca-se ainda, a carência na gestão de desastres pela inoperância de Conselhos ou Núcleos de Defesa Civil.

Além das regiões Norte e Sul, focos da reflexão que norteia este ensaio, vale destacar o processo de desertificação que já atinge 13% da área mais seca do país, o Semiárido Nordeste. A falta de regulamentação da legislação elaborada há meia década para o enfrentamento do problema poderá causar a remoção das populações do Semiárido. Assim como as atividades realizadas pela CGU, merece destaque o Seminário de Combate à Desertificação realizado pelo Tribunal de Contas da Paraíba para defender ações conjuntas voltadas à proteção do Semiárido Ceará, em 2023).

Diante do exposto, fica evidente que a falta de investimentos e a má gestão dos serviços públicos têm repercussões significativas na qualidade de vida dos cidadãos e no desenvolvimento do país. Quando os recursos não são alocados adequadamente e as instituições não são geridas de forma eficiente para a prevenção e resposta a desastres em virtude de secas e enchentes, várias áreas são afetadas, podendo causar várias implicações geopolíticas, como é o caso dos impactos na agricultura, já que as secas e as enchentes podem prejudicar a produção agrícola, afetando a economia e criando instabilidade política devido à insatisfação econômica. Ademais, há possibilidade de migração, pois as pessoas podem ser forçadas a se deslocar de áreas afetadas, criando pressão sobre outras regiões e, conseqüentemente, aumento da tensão social e de vazios demográficos que prejudicam a defesa da área; conflitos por recursos, em que a escassez de água potável devido à seca ou às enchentes pode levar a disputas territoriais, criando conflitos locais ou mesmo entre estados e países fronteiriços como os da Região Amazônica e os da Região Sul; além de danos à infraestrutura, já que enchentes podem destruir estradas, pontes e outras infraestruturas, prejudicando o comércio e dificultando a resposta do governo, o que pode levar a tensões políticas e impossibilidade de defesa em eventual invasão de território.

Essas questões, ao serem abordadas com base numa perspectiva geopolítica, ressaltam a importância de políticas públicas de enfrentamento das mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos eficiente e cooperação entre diferentes regiões e países para lidar com os desafios decorrentes das secas e enchentes.

3.2 Consolidação de mecanismos regionais para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas atrelada a uma política de segurança regional amazônica

Os fenômenos de mudanças climáticas enunciados anteriormente, se perenizados, poderão produzir graves efeitos para o Brasil. Nosso país depende do setor primário (em especial extrativismo vegetal, agricultura e pecuária) para sua viabilidade econômica. Os prejuízos são expressivos, afetando comunidades isoladas e gerando uma intranquilidade social e econômica. Tal fenômeno está na raiz do processo migratório da região com destino aos centros político e econômico do país e busca por outros países desenvolvidos, colocando o processo sul-americano de integração sob estresse extremo. Desse modo, há sérios riscos de rompimento da coesão interna, num momento histórico em que as disputas por recursos naturais aumentam as possibilidades de conflitos.

Diante das ameaças identificadas neste ensaio, constata-se a conveniência de considerar a necessidade de iniciativas de política externa que compreendam a comunhão de interesses de defesa militar, defesa civil e migração. O Brasil não pode perder a liderança desse processo, razão pela qual essas iniciativas deveriam assumir, em primeiro lugar, caráter continental. Por ser o país que possui mais fronteiras na América do Sul e ocupa a maior porção do território continental, há o reconhecimento consensual sobre a liderança natural do Brasil no contexto regional.

Dado o caráter intrinsecamente transfronteiriço dos fenômenos climáticos e suas consequências de potencial desbordamento internacional, sugere-se que o processo de reativação da integração continental se dê por intermédio do mecanismo do Consenso de Brasília (30 de maio de 2023). Faz-se necessário, então, que um de seus eixos esteja orientado para a busca de estreita coordenação intergovernamental entre os governos dos países do continente na matéria. Com efeito, a iniciativa já vislumbra a possibilidade de aprofundamento da cooperação em termos de mudança climática e reconhece a necessidade de imbricamento interdisciplinar, transversal e interministerial para o adequado encaminhamento do tratamento do tema e de seus variados efeitos.

Há um entendimento mundial de que a sociedade globalizada enfrenta múltiplos desafios. No cenário atual de crise climática, emergem ameaças à paz e à segurança internacional, pressões sobre as cadeias de alimentos e energia, riscos de novas pandemias, aumento de desigualdades sociais e ameaças à estabilidade institucional e democrática. Como consequência, a integração regional deve ser parte das soluções para enfrentar os desafios compartilhados da construção de um mundo pacífico; do fortalecimento da democracia; da promoção do desenvolvimento econômico e social; do combate à pobreza, à fome e a todas as

formas de desigualdade e discriminação; da promoção da igualdade de gênero; e da gestão ordenada, segura e regular das migrações. O enfrentamento da problemática atinente à mudança do clima deve, portanto, ser feito inclusive por meio de mecanismos inovadores de financiamento da ação climática, entre os quais poderia ser considerado o swap, por parte de países desenvolvidos, de dívida por ação climática. Ademais, vale ressaltar a importância da promoção da transição ecológica e energética, a partir de energias limpas; do fortalecimento das capacidades sanitárias; e do enfrentamento ao crime organizado transnacional.

Tratar-se-ia de, em primeiro lugar, de criar um mecanismo permanente, com periodicidade determinada, de reunião ministerial continental. Tal iniciativa envolveria as chancelarias, as autoridades de defesa civil, de fazenda e de mudança climática, no seio do consenso de Brasília. Dessa forma, tal mecanismo deveria avançar em paralelo às iniciativas diplomáticas visando a redefinir o escopo e a natureza do mecanismo ainda existente da UNASUL e no seio do Mercosul. O objetivo primordial da criação desse mecanismo seria a de evitar, no continente sul-americano, em especial na porção do território brasileiro, o surgimento de fenômeno semelhante ao da presente desestabilização geopolítica do mediterrâneo, episódio de confluência de fenômenos negativos concorrentes na gestão dos recursos hídricos e terras aráveis e produtivas na região do Sahel (África Subsaariana).

Com base nos argumentos apresentados, dentre outras iniciativas, é mister enfatizar que o desenvolvimento da Região Amazônica revela-se como condição sine qua non ao incremento do poder nacional, necessitando cada vez mais da atuação do Estado Brasileiro. O desenvolvimento da região deve basear-se na sustentabilidade como muito bem caracterizado nas palavras de Becker (2005), para quem “a floresta só vai permanecer em pé se ela tiver valor econômico em pé”. Nas palavras do General Villas Bôas (2010), “para que se processe uma adequada abordagem sobre as questões da Amazônia, é necessário que se olhe para o mapa do Brasil segundo uma perspectiva de quem lá se encontra. A partir dessa posição, avultam realidades que tornam explícitos os três papéis fundamentais que a região tem a cumprir para o Brasil, para a América do Sul e para o mundo, impulsionados por dinâmicas que se originam em sua geografia e que projetarão o Brasil a um patamar muito mais destacado no sistema de poder mundial”.

O primeiro diz respeito à elevação do poder nacional com a consolidação da expansão interna do país, com a participação efetiva da Amazônia na dinâmica econômica da vida nacional com base na exploração racional de seus recursos naturais, que ainda necessitam ser devidamente identificados, delimitados e quantificados.

O segundo, por sua vez, diz respeito à vocação do Brasil para ser líder continental, uma vez que repousa na condição de plataforma física em cujo entorno pode vir a consolidar-se a integração sul-americana. O terceiro, por sua vez, é consequência das riquezas naturais amazônicas que têm potencial para solucionar diversos problemas que afligem a humanidade e que, atualmente, já atingiram o patamar de crises mundiais, tais como: mudança climática, meio ambiente, energia e água.

Esses três papéis justificam a necessidade de enfrentar de forma mais efetiva os desafios atinentes à Região Amazônica, tal é o caso do fortalecimento dos mecanismos regionais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), criada em 1978. Trata-se de uma organização intergovernamental, formada por oito países amazônicos: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, tornando-se o único bloco socioambiental da América Latina.

A OTCA, com uma ampla visão do processo de Cooperação Sul-Sul, trabalha em diferentes dimensões: político-diplomática, estratégica e técnica, criando sinergias

entre governos, organizações multilaterais, agências de cooperação, sociedade civil organizada, movimentos sociais, comunidade científica, setores produtivos e a sociedade como um todo, no âmbito da implementação do TCA (UNICEF, 2023).

Ainda segundo o ex-Comandante do Exército Brasileiro, “como exemplo da necessidade de uma resposta conjunta dos países amazônicos, em 2019, após a assinatura do Tratado de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia, desencadeou-se uma enxurrada de diatribes ao Brasil, acusando-nos de tratar a Amazônia com negligência. Tivemos o episódio em que o presidente Macron, da França, usou fotos de 2005 para respaldar as afirmações sobre queimadas, emendando às críticas ameaças à soberania brasileira” (Villas Bôas, 2022). Portanto, o gerenciamento integrado da segurança e do desenvolvimento amazônico diante da problemática do meio ambiente e diante das investidas internacionais (tentativas de securitização) apresenta-se como elemento de grande importância para o avanço das ações da OTCA e para segurança ambiental da região.

4 CONCLUSÃO

As preocupações da comunidade internacional relacionadas ao meio ambiente estão na origem da agenda ambiental global. Nesse sentido, a governança transformou-se num imperativo ético que tem provocado inúmeras negociações, planos de ação, conferências e outras iniciativas comprometidas com a proteção do planeta (Speth, 2005). Contudo, ainda que tal clamor seja veiculado em prol de uma causa legítima, de uma perspectiva geopolítica é forçoso reconhecer que os impactos decorrentes das alterações ambientais e das mudanças climáticas trarão, provavelmente, ameaças ao Brasil. A governança global, apesar de não ser sinônimo de governo global e nem se reduzir às ações estatais, pode trazer em sua esteira narrativas tendenciosas para justificar ingerência e controle sobre as reservas naturais consideradas estratégicas.

Em face do exposto, apresentamos uma breve análise geopolítica de duas externalidades decorrentes de fatores climáticos que têm impactado o Brasil, em 2023. As perdas para a agricultura brasileira decorrentes da seca na Região Norte e das inundações na Região Sul evidenciam que os impactos das alterações ambientais impõem ao Estado ações efetivas para garantir a segurança alimentar e a projeção econômica do agronegócio nacional. A securitização da Amazônia, por sua vez, também representa um desafio a ser enfrentado, pois a gestão compartilhada dos recursos naturais é uma tônica recorrente num certo discurso internacional que busca o controle supranacional de áreas consideradas como patrimônio ambiental da humanidade. Não por acaso, a Amazônia é considerada por muitos como "Patrimônio da Humanidade". Dessa forma, com base nos estudos dos autores apresentados para fundamentar a reflexão, há indícios de que existe um projeto internacional em andamento, calcado no argumento de proteção ambiental, que escamoteia o interesse de tornar a floresta amazônica uma área de gestão compartilhada. Nesse sentido, é dever do Governo criar uma estratégia nacional para preservar a soberania nacional sobre o território brasileiro, integrando regionalmente a Amazônia de forma sustentável.

Estamos diante de mais um desafio, conforme Becker (2005), para quem temos a capacidade para suplantar e criar oportunidades, uma vez que "o Brasil já efetuou três grandes revoluções tecnológicas: a exploração do petróleo em águas profundas; a transformação de cana-de-açúcar em combustível (álcool) na Mata Atlântica e a correção dos solos do cerrado, que permitiu a expansão da soja." O desafio é complexo, segundo o denominado paradoxo de Giddens (2010, p.22), "visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais

assustadores que se afiguram, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias será, por definição, tarde demais".

Diante dos problemas supracitados, apresentamos duas linhas de ação complementares que envolvem a melhoria na gestão pública para a mitigação dos efeitos negativos dos desastres naturais na agricultura e a consolidação de mecanismos regionais para o enfrentamento dos efeitos das mudanças climáticas atrelada a uma política de segurança regional amazônica. A diplomacia envolvida na construção de arranjos regionais é fundamental para a superação dos desafios decorrentes das mudanças climáticas e o consequente desenvolvimento sustentável do Brasil e de seu entorno. Os desafios globais extrapolam a mera proteção do meio ambiente, de modo que as relações internacionais são fundamentais para resguardar a soberania do país sobre seus vastos recursos naturais, bem como a ação estratégica do Governo para conduzir esse processo, focando na integração regional para mitigar os desafios amazônicos. O preço do poder é a responsabilidade, de tal modo que o desenvolvimento sustentável deve contribuir para a superação dos desníveis sociais e regionais por meio de uma integração capaz de fomentar parcerias intrarregionais baseadas na "diplomacia verde".

O desafio relacionado ao meio ambiente é, na atualidade, uma questão geopolítica extremamente relevante, consentânea com a tese de "desafios e respostas" propostas por Arnold Toynbee (1889-1975). Segundo o historiador realista, ao se depararem com obstáculos, a civilização se fortalece e se desenvolve, daí poderemos afirmar que os desafios impostos pelo clima, apesar de apresentarem ameaças, podem também se transformar em oportunidade. Nas palavras do General Meira Mattos, "a facilidade é o inimigo da civilização, e a coragem do homem aumenta à medida que as dificuldades aumentam" (França, 2020, p.62). Portanto, espera-se que os avanços tecnológicos compartilhados na comunidade internacional, as pesquisas climáticas conjuntas na América do Sul e o direcionamento de estratégias governamentais nas áreas econômicas e ambiental impulsionem ações de apoio mútuo, baseado no interesse comum, com vistas ao enfrentamento dos desafios sociais, econômicos e políticos que acompanham os impactos decorrentes dos fatores climáticos extremos.

* Seminário realizado na primeira semana de novembro de 2023 com base nas conclusões de uma Auditoria Operacional Regional Coordenada em Políticas Públicas de Combate à Desertificação do Semiárido, em 2022, pelos Tribunais de Contas dos Estados do Ceará (TCE-CE), do Rio Grande do Norte (TCE-RN), da Paraíba (TCE-PB), de Pernambuco (TCE-PE) e de Sergipe (TCE-SE).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Henrique. Amazonas: seca já impacta áreas de produção agropecuária. **Canal Rural**, [São Paulo], 9 out. 2023. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agricultura/amazonas-seca-ja-impacta-areas-de-producao-agropecuaria/>. Acesso em: 2 out. 2023.

ARTAXO, Paulo. Mudanças climáticas: caminhos para o Brasil: a construção de uma sociedade minimamente sustentável requer esforços da sociedade com colaboração entre a ciência e os formuladores de políticas públicas. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 74, n. 4, p. 01-14, Dec. 2022. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000400013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 out. 2023. <http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20220067>.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n.53, p. 71-86, 2005.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Relatório de Auditoria Número 936060**. Brasília, DF: CGU, [2021].

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Boulder, EUA; Londres, Inglaterra: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CALDWELL, Dan; WILLIAMS JR., Robert E. **Seeking Security in an Insecure World**. 3. ed. Nova Iorque, EUA: Rowman & Littlefield, 2016.

CEARÁ. Tribunal de Contas do Estado do Ceará. **Seminário de Combate à Desertificação defende ações conjuntas para proteger Semiárido nordestino**. Fortaleza: Tribunal de Contas do Estado do Ceará, 2023. Disponível em: <https://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/noticias/5734-seminario-de-combate-a-desertificacao-defende-acoes-conjuntas-para-protoger-semiarido-nordestino>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. 2023. **PIB do agronegócio cresce no segundo trimestre e acumula alta de 0,5% em 2023**. Piracicaba: CPEA, 28 set.2023. Disponível em: <https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/CT-PIB-DO-AGRONEGOCIO-28SET2023.pdf>. Acesso em: 2 out. 2023.

FIGUERES, Christiana; IVANOVA, Maria H. Mudança climática: interesses nacionais ou um regime global? In: ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. (Org.) **Governança Ambiental Global: opções & oportunidades**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005. p. 233-256.

FRANÇA, Maurício Aparecido. **Para melhor compreender a geopolítica brasileira**. Curitiba: Appris, 2020.

GALDINO, Mauricio Augusto Cabral. **Amazônia: problemas ecológicos, questão indígena e ameaças latentes**. Brasília, 2007.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HEIDERICH, Nadja. Agronegócio deve crescer mais de 30% em 2023. **Radio Esmeralda**, 2023. Disponível em: <https://radioesmeralda.com.br/noticia/agronegocio-deve-crescer-mais-de-30-em-2023/>. Acesso em 12 out. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. (Brasil). Taxas de Desmatamento. TerraBrasilis, 2023. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 24 out. 2023.

KIRCH, Wilhelm; MENNE, Bettina; BERTOLLINI, Roberto. **Extreme weather events and public health responses**. Nova Iorque, EUA: World Health Organization; Springer, 2005.

O IMPACTO das mudanças climáticas na agricultura. Agrosmart, [Campinas], 3 out.2016. Disponível em: <https://agrosmart.com.br/blog/impacto-mudancas-climaticas-na-agricultura/>. Acesso em: 2 out. 2023.

PEREIRA, Carlos Patrício Freitas. **Geopolítica Mundial e do Brasil no século XXI: improvável é possível**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2018.

SILVA DIAS, Maria Assunção Faus da. Eventos climáticos extremos. **Revista USP**, v. 103, p. 33-40, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287863686_Eventos_Climaticos_Extremos. Acesso em: 11 nov. 2023.

SILVA, Renato Oliveira da. **Securitização da Amazônia: as ações do Estado brasileiro frente às novas e antigas ameaças**. 2019. 68 p. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://repositorio.mar.mil.br/bitstream/ripcmb/844806/1/CEMOS013_MONO_CC_RENATO.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

SPETH, James Gustave. A agenda ambiental global: origens e perspectivas. In: ESTY, Daniel C.; IVANOVA, Maria H. (Org.) **Governança Ambiental Global: opções & oportunidades**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005. p. 17-37.

STEIN, Airtton Tetelbom; FALCETO, Olga Garcia. Eventos climáticos extremos no RS: o risco é piorar. **Sul 21**, [s.l.], 2023. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2023/06/eventos-climaticos-extremos-no-rs-o-risco-e-piorar-por-airton-stein-e-olga-falceto>. Acesso em: 25 out. 2023.

STEIN, Isabela. Perdas na agricultura catarinense ultrapassam R\$ 1,6 bilhão. **Revista Cultivar**, [s.l.], 2023. Disponível em: <https://revistacultivar.com.br/noticias/perdas-na-agricultura-catarinense-ultrapassam-rdollar-1-6-bilhao>. Acesso em 2 out. 2023.

UNICEF. Cooperação Latino-americana pela Amazônia: entenda qual é o papel da cooperação dos países da América Latina para a preservação da Amazônia, 2023. **UNICEF para cada criança**, [s.l.], 23 fe. 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/blog/cooperacao-latino-americana-pela-amazonia#:~:text=Como%20%C3%BAnico%20bloco%20socioambiental%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina%2C%20a,cient%3ADfca%2C%20setores%20produtivos%20e%20a%20sociedade%20em%20geral>. Acesso em: 2 out. 2023.

VILLAS BÔAS, Eduardo. A evolução do ambientalismo e o Brasil no Banco dos réus. **Revista Oeste**, [s.l.], 16 dez. 2022. Disponível em: <https://revistaeste.com/revista/edicao-143/a-evolucao-do-ambientalismo-e-o-brasil-no-banco-dos-reus/>. Acesso em: 24 out. 2023.

Links complementares

https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_LongerReport.pdf

<https://www.ipcc.ch/>

<https://www.cptec.inpe.br/>



Brasil e o potencial econômico de seu entorno estratégico

Grupo 2

Adriano de Andrade Pontes

André Tripoli

Cósam de Carvalho Coutinho

Daniel Guillarducci Moreira Lopes

José Maurício Pinheiro de Oliveira

Juliano Naressi Neves

Kaio da Silva Pontes

Talita Maria Moreira de Almeida

1 INTRODUÇÃO

A Geopolítica possui em seu core a compreensão para o agir, sendo um campo de conhecimento que identifica as relações no trinômio ator-espaco-poder. Trata-se do estudo dos fenômenos políticos influenciados pela configuração territorial, que determina, por essência, a política externa de um país. Nesse diapasão, o presente trabalho busca identificar as oportunidades que se apresentam ao Brasil no seu entorno estratégico, focalizando a economia frente às debilidades de conjuntura inerentes ao continente sul-americano. Posteriormente, será apresentada a classificação do processamento dessas relações com os demais atores da região.

O entorno estratégico encontra-se definido pela Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END), como a área de interesse prioritário do Brasil, que inclui a América do Sul (Brasil, 2020, p. 11), região objeto deste trabalho. Adicionalmente, na Constituição de 1988, verifica-se a importância da integração com os demais atores da região, posto que a busca pela integração econômica, política, social e cultural na América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, é objetivo estabelecido na Carta Magna (Brasil, 1988, p. 11).

Os teóricos de relevância da geopolítica brasileira, como Hélio Jaguaribe, Meira Mattos e Vidigal, também veem na integração regional um instrumento de autonomia frente aos avanços de potências estrangeiras, bem como ponto de partida para a maior inserção dos interesses do Brasil nos processos decisórios regionais. É sobre essa ótica que o presente trabalho está alicerçado.

2 INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.1 Debilidade

A colonização da América do Sul foi, com poucas exceções, decorrente da expansão marítima ibérica, cujo pioneirismo deveu-se, em resumo, a processos pioneiros de unificação política, da posição geográfica privilegiada e capacidade técnica disponível (Escola de Sagres). Em busca de novas rotas comerciais e de metais preciosos, Portugal e Espanha, amparados pela divisão do mundo instituída pelo Tratado de Tordesilhas, estabeleceram seus projetos coloniais no continente sul-americano.

A geografia sul-americana impõe dois principais obstáculos naturais para a conexão entre suas faces ocidental e oriental: a Cordilheira dos Andes e a Amazônia. Em decorrência, as demarcações de fronteiras foram condicionadas por esses elementos. Já o povoamento do território brasileiro mesclou interesses de Portugal, em ciclos econômicos que criaram ilhas de povoamento, sobretudo litorâneo, com as ações de bandeirantes, criadores de gado e outros atores privados com espírito suficientemente aventureiro para adentrar um território desconhecido. Devido à geografia e à política, os territórios e, posteriormente, os Estados nacionais sul-americanos desenvolveram suas infraestruturas de transporte, em certa medida, de forma independente e como que “de costas” umas para as outras. Vias de interesse e uso comum, por outro lado, como os rios da Bacia do Prata e da Bacia Amazônica – cuja navegação já era vastamente conhecida pelos povos originários – foram a um só tempo caminhos de interiorização do colonizador português e alvos de disputas durante a formação daqueles Estados e, hoje, colocam-se na mesa como elementos potenciais de integração e potencialização econômica.

Do ponto de vista do fluxo interno, a falta de uma articulação mais fluida no vasto território decorre em parte da lógica de colonização voltada para exportação (modelo que de certa forma permanece), com tentativas pontuais de intervenção Estatal por meio de grandes obras (Belém-Brasília, Transamazônica) e por uma opção duvidosa pelo modal predominantemente rodoviário. Esse panorama gera aumento de custos de transporte e fragilidades diversas de logística (como vimos em greves de caminhoneiros na última década). Somada a burocracia pouco ágil e a uma regulamentação não-amigável, a questão dos transportes integra o chamado Custo Brasil.

Essa deficiência de logística, tanto interna quanto em relação aos países vizinhos, diminui as oportunidades geopolíticas do Brasil tanto em seu entorno imediato quanto na inserção do País em outros eixos de influência – sobretudo comercial – que não o do Atlântico Sul. Além disso, dificulta o planejamento e a execução de atividades ligadas à segurança, no combate à criminalidade transfronteiriça, que se utiliza de conexões logísticas legais e clandestinas em suas operações, no que foi já chamado de conexão perversa (Castells, 1999, p. 203).

2.2 Linha de ação para mitigar a debilidade

Desde a década de 1970, e, em especial, após o período da redemocratização, o Brasil tem procurado adensar o processo de integração regional, por meio de iniciativas como o Mercosul (Tratado de Assunção 1991) e a Iniciativa Amazônica (1992), tendo esta última “alargado o processo de integração às repúblicas do Pacífico” (Bandeira, 2009, p.102). De especial importância nesse esforço deve ser destacada a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), com o entendimento de que “avanços no campo da infraestrutura (...) reverterão em novos impulsos para a integração, criando-se assim uma dinâmica que deve ser incentivada. Esse cenário seria ainda beneficiado por uma política de investimentos com perspectiva regional e não apenas nacional” (COMUNICADO DE BRASÍLIA, 2000).

Nesse sentido, a iniciativa aqui ressaltada como resposta à debilidade histórica de integração física e logística da América do Sul passa por dois pilares principais: a garantia da continuidade e, preferencialmente, da ampliação das iniciativas já em curso; e, adicionalmente, o aproveitamento dessas iniciativas logísticas como vetor de desenvolvimento econômico e regional dos territórios por onde se estendem as vias e conexões oriundas dessas iniciativas.

Tomando como exemplo a construção de corredores bioceânicos na América do Sul, podemos extrapolar sua mera função de conectar dois (ou mais) pontos em territórios diferentes. Do ponto de vista geopolítico contemporâneo, o investimento em tais corredores funciona, para o Brasil, como adaptação necessária frente ao deslocamento das rotas tradicionais atlânticas para o dinamismo econômico do Pacífico, com mercados como China e Índia. Esses corredores oferecerão alternativas logísticas para os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de aumentarem os fluxos e alcances do agronegócio brasileiro, diminuirão distâncias e tempos de deslocamento.

É fundamental, entretanto, que os fluxos gerados por esses novos caminhos não se limitem a escoar a produção dos polos de desenvolvimento já estabelecidos, mas que gerem novos eixos e locais de crescimento econômico e social, de modo a identificar, estimular e priorizar a produção regional. Ao romper o isolamento geográfico de determinadas áreas, as conexões logístico-estratégicas devem representar forças em favor da constituição – para usar um termo do professor Milton Santos – do meio técnico-científico-informacional em determinado território (Santos; Silveira, 2009).

De forma complementar, a existência desses corredores tende a valorizar as fronteiras terrestres por onde passem e podem atrair uma maior oferta de serviços de infraestrutura, serviços, saúde e educação para as populações locais. Deve prevalecer, portanto, uma visão ampla sobre as possibilidades geradas pela integração no setor de transportes.

3 SEGURANÇA REGIONAL

3.1 Debilidade

O subcontinente da América do Sul, entorno estratégico da geopolítica brasileira, vem experimentando um período razoável de calma ao verificarmos que o último conflito armado de relevância data do longínquo 1941/42 entre o Peru e o Equador, que oficialmente chegou ao fim com a assinatura do Protocolo de Paz, Amizade e Limites do Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1942, que definiram as fronteiras entre os dois países. Este Protocolo, a despeito de ter sido firmado sob a luz de países outros (garantidores), teve participação ativa do Brasil.

O Brasil, já na condição hegemônica de poder no subcontinente, voltou a ter papel central quando da assinatura, em 28 de outubro de 1998, do Acordo de Paz de Brasília, selando assim o final de um longo conflito de disputas territoriais entre esses dois países.

A maturidade política demonstrada na assinatura do Acordo de Brasília teve implicações positivas, com desdobramentos estratégico-militares, pois mostrou ao mundo que a América do Sul é a região mais pacífica do mundo. Também no campo político, considerando a solução autônoma, sem participação de países estranhos ou longínquos. E, por fim, no econômico, tendo em vista que a estabilidade adquirida tornou o ambiente propício para o aporte de investimentos na região.

Coincidência ou não, no início do século XXI, mais precisamente entre os anos de 2023 a 2012, a região do subcontinente da América do Sul cresceu em média 4% ao ano, a despeito da grande crise internacional que assolou o mundo entre 2008 e 2009.

A ausência de conflitos terrestres e marítimos de grande envergadura no entorno estratégico brasileiro não significa a inexistência de pontos que necessitam de atenção e permanente vigilância, pois o nível de pobreza que insiste ao longo dos anos no subcontinente da América do Sul parece ser um dos componentes para a instalação e ação de organizações criminosas transnacionais.

O narcotráfico, tráfico ilegal de armas, contrabando, tráfico de pessoas associado à exploração sexual são crimes corriqueiros executados por grandes quadrilhas com ramificações internacionais e com poder para desestabilizar e desintegrar a governabilidade de alguns países na região, quiçá todos.

3.2 Linha de ação para mitigar a debilidade

O Brasil, ao firmar-se no papel hegemônico regional com forte perfil de regulador da segurança alimentar planetária, entende a instabilidade política-social do entorno estratégico como não salutar a ponto de suscitar vulnerabilidades. Nesse sentido, o país há de desempenhar o papel de provedor e garantidor da estabilidade regional através de ações não militares, o que o tempo vem mostrando e demonstrando ser essa a sua vocação.



O entorno brasileiro do subcontinente da América do Sul, sobretudo na sua parte central-norte, é mundialmente reconhecido como uma região grande produtora e exportadora de narcóticos. A relativa proximidade com um dos maiores centros consumidores de drogas do planeta, em parceria com organizações criminosas transnacionais com tentáculos firmes e profundos em países da América Central, Caribe e América do Norte, são fatores que em muito dificultam o controle ou eliminação das atividades ilícitas.

O uso da força estatal – Forças Armadas – na maioria das vezes multiestatais, não vem demonstrando eficácia suficiente para estancar o flagelo. Cabe ao Brasil fazer uso das suas habilidades intrínsecas no campo diplomático com proposições positivas numa perspectiva ganha-ganha. É dizer, integrar-se mais e de maneira mais profunda com os vizinhos do centro-norte da América do Sul utilizando, talvez, mecanismos similares ao que fora utilizado quando da concepção do MERCOSUL.

Ressalta-se aqui que o foco na utilização de mecanismos integracionistas com o entorno estratégico centro-norte deve necessariamente levar em consideração as particularidades desse entorno, que muito difere daquelas do entorno estratégico sul do subcontinente da América do Sul.

Destarte, integração cultural e educacional com foco em intercâmbio de jovens talentos, futuros formadores e formuladores de políticas e de opiniões, não deixando de lado o viés econômico, são elementos essenciais no esforço de reverter um cenário com grande potencial de gerar instabilidade e consequente fragilidade regional.

4 CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, podemos inferir que a situação da atual infraestrutura de transporte e a segurança regional, ameaçada pelo crime organizado, são aspectos que demandam a atenção do Estado para que possam ser exploradas e adotadas medidas a fim de potencializar as oportunidades econômicas do Brasil no entorno estratégico em tela.

Verifica-se que as iniciativas de integração na área dos transportes já existentes precisam ser ampliadas, em sua quantidade, e potencializadas, com a permanente busca de incremento de demanda de fluxos comerciais, vivificação dos eixos, promoção de interação envolvendo os beneficiários de tais empreendimentos de conexão regional. A motivação econômica é o catalisador das evoluções a serem fortificadas nas regiões interligadas pelas obras de transportes realizadas e as que ainda estão por vir.

Constata-se que a questão da estabilização das áreas de fronteiras, com a necessária atuação no campo da segurança, a fim de coibir os efeitos deletérios do crime transnacional conduzido pelo crime organizado é outro foco

que demanda a atuação do país para sua efetiva materialização. Os prejuízos causados pela insegurança regional patrocinada pela prática criminosa, em suas mais diversas vertentes, precisam ser reduzidos, a fim de que a integração regional possa fluir com tranquilidade para a circulação de bens e pessoas.

Pode-se depreender que ambas debilidades apresentadas possuem soluções exequíveis por parte dos atores envolvidos e que, postas em execução, permitiriam uma melhora nas condições do entorno estratégico do Brasil, nas questões consideradas, possibilitando uma melhor exploração das oportunidades econômicas para o país.

Identifica-se que os atores estatais envolvidos são os países incluídos na América do Sul, com destaque para o Brasil, que possui a capacidade, motivação e posição necessárias para orientar os esforços regionais na consecução dos objetivos a serem atingidos na domínio das ligações regionais e da segurança, em total sinergia com as nações do entorno. Mostra-se, em consequência, uma dinâmica entre os atores que caracteriza uma relação de cooperação mútua e de amistosa liderança da parte brasileira, devido aos seus predicados inegáveis, advindos das capacidades nacionais já existentes. Por fim, conclui-se que, nesta sucinta análise dos aspectos restritos à seara dos transportes e da segurança regional, fica latente a importância da cooperação, da orientação de esforços a ser praticada pelo Brasil, o que reforça a sua relevância na região.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e política exterior**: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília, DF: FUNAG, 2009.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020.
- BRASIL. **Implementação do Ponto 7 do Consenso de Brasília** - Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/implementacao-do-ponto-7-do-consenso-de-brasilia-mapa-do-caminho-para-a-integracao-da-america-do-sul. Acesso em 23 de outubro de 2023.
- CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.3).
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- WIKISOURCE. **Comunicado de Brasília**. Reunião de Presidentes da América do Sul. 2000. [s.l.]: Wikisource, 2000. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Comunicado_de_Bras%C3%ADlia. Acesso em 23 de outubro de 2023.

Links complementares

- <https://otca.org/pt/quem-somos/>
<https://www.mercosur.int/pt-br/>
<https://www.gov.br/mre/pt-br/zopacas/documentos>

Brasil e as questões antárticas e árticas

Grupo 3

Alexsandro Souza de Lima

Chesllen da Silva Pereira

Flávia Ximenes Aguiar de Sousa

Goldwin Zimmerman

Gustavo José de Andrade Perez Garrido

José Airton Somavilla Bomfim

Luiz Eduardo Reis Nava

Marco André Menezes dos Santos

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país continental, contemplado com enormes recursos minerais, potencial tecnológico e grandes possibilidades de desenvolvimento. No cenário regional e seu entorno estratégico, necessita ser o protagonista das ações, buscando a cooperação entre os países sulamericanos e aqueles banhados pelo Oceano Atlântico, situados no continente Africano. Entretanto, o Brasil está afastado dos principais centros de poder, dificultando o complexo comércio global.

Conforme a Política Nacional de Defesa, a paz e a estabilidade nas relações internacionais exigem ações agregadas e coordenadas nas esferas do Desenvolvimento, da Diplomacia e da Defesa. Assim, faz-se necessário apresentar uma reflexão sobre determinadas questões e a sua importância como ferramenta de projeção mundial, sob enfoque diplomático e desenvolvimentista.

A Geopolítica estuda as relações estabelecidas entre os países, os territórios do globo e o poder que possuem para influenciarem uns aos outros. Ademais, interpreta as relações diplomáticas, considerando os interesses particulares de cada nação soberana. Ressalta-se que, nas Teorias Geopolíticas clássicas e contemporâneas, o Brasil é considerado um ator coadjuvante.

A Antártica, a partir de meados do Século XX, passou a ser considerada um sítio de extrema importância para o planeta, em razão de sua posição estratégica, de suas riquezas minerais, de sua capacidade de interferência climática, de suas potencialidades medicinais, que impulsionaram os países a se voltarem para a sua exploração e para a pesquisa.

Para mitigar os conflitos e amenizar os interesses, foi assinado o Tratado da Antártica, em 1959, que direcionou o seu uso para fins pacíficos, com liberdade para pesquisas científicas, promoção da cooperação internacional e preservação do ecossistema. As cláusulas deste Tratado serão revistas em 2048 e poderá ensejar o recrudescimento das reivindicações territoriais por parte de alguns países.

O Ártico sofreu as mesmas influências por parte dos Estados do Hemisfério Norte. Entretanto, a soberania nacional sobre a orla foi sendo definida pela exploração geográfica e pela expansão da borda econômica (CÂMARA et. al., 2022). Para permitir a transparência das ações, foi criado, em 1996, o Conselho do Ártico, de composição mista formada por países, organizações de etnias e organizações não governamentais (ONG), que tem por objetivo promover a cooperação e a integração entre esses entes, visando a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Ambas as calotas polares carecem de estudos aprofundados por parte do Estado, em busca da concepção dos seus interesses. Assim, faz-se necessário compreender a importância geopolítica da presença brasileira no continente Antártico, bem como a pertinência do incremento das relações com o Conselho do Ártico, visando o atingimento dos objetivos nacionais.

2 A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DO INCREMENTO DA PRESENÇA BRASILEIRA NA ANTÁRTICA (2023)

A Antártica possui enorme importância geopolítica, com destaque nas cinco expressões do Poder Nacional (política, econômica, psicossocial, militar e científico e tecnológica), desde a sua posição estratégica em relação aos oceanos Pacífico e Atlântico à sua imensa e ainda inexplorada riqueza natural.

No futuro, com as limitações físicas do Canal do Panamá, o Estreito de Drake será vital para as rotas marítimas, como porta principal da ligação entre o Atlântico e o Pacífico, projetando o controle da navegação entre os hemisférios ocidental e oriental, com maior nitidez no cotidiano global.

O continente Antártico é constituído de 13,7 milhões de km² de terra e coberto por uma camada de gelo de cerca de 3 km de espessura, em média, que se estende para além do solo continental e avança sobre o Oceano Antártico. Abrange as terras e oceanos ao sul do Paralelo de 60° Sul.

Possui a maior reserva de água doce do mundo (cerca de 70%) e jazidas ainda inexploradas de recursos naturais estratégicos - como cobre, prata, ouro, petróleo e urânio - constitui, sob vários aspectos, a última fronteira humana, um "Eldorado Austral" que, há tempos, vem alimentando verdadeiras epopeias rumo ao Sexto Continente (Barros-Platiau et al, 2022).

O marco jurídico da presença brasileira no Continente Gelado é o Tratado da Antártica, celebrado em Washington, em 1959, que suspendeu as reclamações de posse territorial, enquanto o acordo estiver em vigor, e proibiu novas reivindicações possessórias sobre parcela daquele território. Os signatários instituíram pressupostos para que a região seja utilizada somente para fins pacíficos, onde haverá liberdade e cooperação internacional para a pesquisa científica, ressalvado o registro de patentes, que impacta significativamente na Expressão Econômica do Poder Nacional, restando proibidas explosões nucleares, bem como o lançamento de lixo ou resíduos radioativos.

O Brasil aderiu ao Tratado em 1975 e passou a ser membro consultivo em 1983, no mesmo ano em que lá estabeleceu a sua primeira base científica - a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), localizada na Ilha Rei George, pertencente ao Arquipélago das Ilhas Shetland do Sul, a 130 quilômetros da Península Antártica, na Baía do Almirantado. Não há dúvida de que a participação do Brasil no Conselho Consultivo do Tratado da Antártica trouxe benefícios geopolíticos.

O Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente foi firmado em Madri, no ano de 1991, que estabeleceu normas rigorosas visando a proteção do meio ambiente antártico e de seus ecossistemas. Instituiu-se a proibição de qualquer atividade relacionada aos recursos minerais, exceto para fins de pesquisa científica. Além disso, fixou o prazo de 50 anos, a contar da data de entrada em vigor do Protocolo, ocorrida em 1998, para que qualquer das partes consultivas pudessem solicitar a revisão de sua aplicação, mediante convocação de uma conferência (Brasil, 2021). Então, o ano de 2048 passa a ser o marco temporal para eventual mudança na geopolítica da Antártica, quando as condições e os interesses dos players poderão ser diferentes dos atuais.

Com a assinatura do Protocolo de Madri, o Tratado evoluiu para um complexo conjunto de regras e instrumentos que lidam com os mais diversos temas, dando origem ao chamado Sistema do Tratado da Antártica (Ferreira, 2009). Atualmente são 54 países que aderiram ao Tratado, dos quais 29 se encontram na condição de membros consultivos, com direito a voto nas decisões sobre o Continente.

O desenvolvimento das pesquisas na Antártica pelo Brasil se faz através do fomento de estudos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), voltados para assuntos de interesse global como as mudanças climáticas, a identificação dos recursos econômicos

da região e as formas de aproveitamento e levantamento das condições fisiográficas e ambientais do continente. Tudo com o apoio logístico da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira, sendo este o único viés de atuação da expressão militar permitida naquele Continente.

A Antártica faz parte do Entorno Estratégico Brasileiro, assim definido na Política Nacional de Defesa (PND) de 2022. Isso revela a importância do continente gelado para a geopolítica nacional (BRASIL, 2022). A sua abordagem passa, necessariamente, pelos estudos da Professora Terezinha de Castro, uma das principais autoras brasileiras no campo da Geopolítica que, com o trabalho intitulado "Antártica: Teoria da Defrontação", defendeu a tese da Antártica Brasileira, onde o Brasil deveria reivindicar o seu espaço territorial no Continente.

[...] a Professora Therezinha de Castro (1930-2000), a maior especialista em geopolítica antártica da época. Ela foi uma defensora da Teoria da Defrontação (na qual o Brasil faria jus a porção da Antártica resultante da projeção de seus meridianos do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz de um lado e o Arroio Chuí do outro). Therezinha de Castro tornar-se-ia depois, conferencista na ESG, onde pode ainda tratar do tema com desenvoltura, tendo publicado trabalhos e lecionado sobre o tema até a sua morte. (Barros-Platiau et al, 2022).

Recentemente, por meio do Decreto nº 11.096/2022, foi atualizada a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR). Dentre outros objetivos, estabelece que o Brasil deverá manter a condição de parte consultiva do Tratado da Antártica, por meio da promoção de substancial atividade de pesquisa científica e dará prosseguimento, fortalecerá e ampliará o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), com vistas a: identificar os recursos naturais na área de atuação do Sistema do Tratado da Antártica e obter dados sobre as possibilidades de seu aproveitamento; e fomentar

o desenvolvimento tecnológico nacional aplicável às condições fisiográficas e ambientais na Antártica e às eventuais atividades de exploração e de aproveitamento de seus recursos naturais. Participará, ainda, nas discussões sobre as possibilidades de exploração e de aproveitamento de recursos naturais na área de aplicação do Tratado e ampliará a presença brasileira no Continente Austral (Brasil, 2022).

Acrescenta-se aos estudos geopolíticos o aumento demográfico global, o envelhecimento populacional, as mudanças climáticas, as disputas por recursos naturais, a escassez de recursos minerais, o avanço tecnológico, a hiperconectividade, a biorrevolução e a transição para economia de baixo carbono, como algumas das megatendências globais para 2040 (Marcial e Pio, 2023).

Não é difícil prospectar que o cenário geopolítico global para a segunda metade do século XXI apresentará tensões e disputas por espaços com abundância de recursos naturais e biodiversidade ainda disponíveis ou indefinidos. A Antártica constitui uma das poucas regiões do planeta onde as questões de soberania não estão resolvidas, "constituindo áreas de domínio público internacional" (Rezek, 2022).

Nessa direção, torna-se evidente a relevância da Antártica para a geopolítica brasileira. A POLANTAR enumera princípios, estabelece objetivos, diretrizes e atribuições que orientam o Estado brasileiro a posicionar-se de modo a avançar na direção de seus interesses no continente gelado.

A accountability dos resultados parece ser o caminho mais eficiente para a sensibilização das autoridades públicas para a ampliação do Programa Antártico,



<https://revistapesquisa.fapesp.br/>

de forma a dar a dimensão necessária para a sociedade acerca da importância da projeção internacional do Poder Nacional, observados os cenários futuros, no que pertence ao desenvolvimento e à exploração das riquezas naturais de interesse global existente no Continente, de modo a perpetuar a sua atuação, em conformidade com a Política Externa Brasileira e a Política Nacional de Defesa.

As persistentes gestões dos colaboradores do PROANTAR junto a parlamentares nacionais, nominada de Frente Antártica Parlamentar (Câmara, 2023), mesmo que timidamente, tem contribuído para difundir a mentalidade antártica no Brasil, bem como para angariar apoio e recursos orçamentários para as iniciativas.

A urgência dada à construção da nova estação, após o acidente ocorrido em 2012, priorizando a segurança, a autossuficiência energética e a tecnologia dos laboratórios instalados, demonstrou que as autoridades públicas brasileiras reconhecem a importância da projeção no Poder Nacional no cenário internacional por intermédio do Programa Antártico, restando buscar o convencimento acerca da necessidade de aprimoramento desta projeção internacional. Em contrapartida, há de se reconhecer como ponto fraco, o fato de o Brasil, em razão de não dispor de aeródromo próprio, ter que se valer das cláusulas de cooperação mútua de meios, principalmente, junto ao Chile – Base Presidente Eduardo Frei .

O Tratado da Antártica, na verdade, é um “acordo de cavalheiros” que carece de cláusulas coercitivas àqueles que descumprirem as suas diretrizes. Embora preveja a não militarização e a vedação aos exercícios bélicos na região, não existem sanções previstas no Acordo capazes de coibir qualquer um de se arvorar belicamente naquela região polar, redundando tal condição em uma ameaça.

Como já prognosticava a Professora Therezinha de Castro na década de 1970, “Assim, concluímos que na atual conjuntura geopolítica da Antártica, o problema não é mais o de como viver juntos... mas sim, o de sobreviver separadamente” (Castro, 1971 apud Brasil. FUNAG, 2022, p. 44).

A POLANTAR/2022 não esgota o tema, porque a evolução geopolítica global, como ente vivo, ocorre mediante contínuas transformações e o Brasil se mostra como um importante ator que deve buscar ampliar o seu Poder, particularmente, no seu Entorno Estratégico. Face o exposto, é necessário que o Estado busque ações que permitam incrementar a sua participação na Antártica, de forma a atingir os objetivos propostos, em consonância com a Política Nacional de Defesa.

3 A PERTINÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO CONSELHO DO ÁRTICO E NO TRATADO DE SVALBARD

O Ártico abrange cerca de 21 milhões de quilômetros quadrados, dos quais 65% é composto pelo Oceano Glacial Ártico somando aos territórios constituídos por ilhas e partes continentais pertencentes aos Estados Unidos, Canadá, Noruega, Suécia, Finlândia e Rússia.

A exploração do Ártico remonta às grandes expedições de descobrimento, com navegadores pioneiros como Roald Amundsen que, em 1906-1908, se tornou o primeiro a navegar com sucesso pelo Passagem Noroeste, e Robert Peary que, em 1909, alcançou o Polo Norte. Essas explorações despertaram a curiosidade global sobre essa região remota. Nas últimas décadas, o Ártico passou por mudanças drásticas devido às alterações climáticas, tornando-se um tema importante nas agendas globais.

Em 1920, por meio do Tratado de Svalbard, foi definida a última fronteira na região, que reconheceu a soberania norueguesa sobre o arquipélago de mesmo nome, ao mesmo tempo em que regulou as atividades ali desenvolvidas, estabelecendo princípios de igualdade de acesso e de cooperação entre os Estados signatários e os que aderiram à Convenção. Esse tratado retrata o compromisso internacional com a cooperação pacífica e o benefício mútuo na região.

A questão ártica vem ganhando importância no cenário internacional por diversos motivos devido a rápida mudança ambiental ocorrida naquela região nas últimas décadas, dentre os quais se destaca a viabilidade de tráfego de navios mercantes do leste asiático para a Europa sem a necessidade de apoio de navios quebra-gelos, encurtando o tempo de navegação e permitindo o aumento da carga transportada. Por outro lado, as alterações climáticas poderão permitir que a geopolítica seja modificada, haja vista que a maior esquadra russa está posicionada na faixa litorânea voltada para o Ártico.

Diferentemente da Antártica, que conta com o Sistema do Tratado Antártico, na Região Boreal há apenas o Conselho do Ártico, criado em 1996, composto pelos maiores países com costa para o Ártico: Rússia, Canadá, Estados Unidos, e pelos cinco países de cruz nórdica: Noruega, Suécia, Dinamarca, Finlândia e Islândia. O Conselho admite a entrada de observadores, desde que aceitos pelos oito membros permanentes e apresentem efetivos sinais de interesse pelas questões árticas.

Atualmente, o Conselho do Ártico conta com treze importantes países observadores (as sete maiores economias da Europa ocidental e Polônia, as quatro maiores economias da Ásia – Índia, China, Japão, Coreia do Sul e Cingapura) e o dobro de instituições multilaterais diversas. O Brasil não é integrante do Tratado nem do Conselho e a presença de pesquisadores nacionais ainda é incipiente.



Sob a ótica científico-tecnológica, econômica e política, o Brasil deveria estar presente nos principais fóruns internacionais sobre o assunto, devido ao notório potencial energético, alimentar e ambiental da região, em razão da expertise que o País detém do Atlântico Sul até a península Antártica – contando com quarenta anos de presença contínua, com base científica própria, que recentemente alçou a posição de a mais moderna da região -, associado ao natural protagonismo brasileiro nas questões de mudanças climáticas.

Em recente artigo, Câmara et. al. (2022) listam argumentos logísticos, ambientais, geopolíticos, econômicos, científicos e tecnológicos, bem como apresentam uma visão geral de longo prazo, sugerindo estratégias, iniciativas de maiores impactos, marcos e prazos, linhas de base e designação de atores responsáveis para o atingimento de objetivos, dentre os quais o de exercer um maior protagonismo brasileiro nesses fóruns. Assim, entre o primeiro passo, que é aderir ao Tratado centenário, até o passo final, qual seja pleitear ser aceito como membro observador no Conselho, recomenda-se aumentar a participação em fóruns sobre o Ártico; fomentar a discussão interna em âmbitos científicos, de Defesa e diplomáticos e incentivar simpósios e pesquisas sobre assuntos árticos em cooperação com países do BRIC.

O Brasil tem demonstrado institucionalmente o interesse no Ártico. Nesse desiderato, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), em sua 205ª Sessão Ordinária, realizada em maio de 2022, aprovou a criação de um Grupo Técnico (GT) sobre Atividades no Ártico. A CIRM, por meio da Resolução nº 4, de maio de 2022, anuiu sobre a proposta de adesão do Brasil ao Tratado de Svalbard, apresentada pelo GT, ficando a cargo dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores a submissão da proposta ao Presidente da República .

O GT Ártico concluiu que a adesão ao Tratado, além de sinalizar o interesse político do Brasil naquela região, trará benefícios concretos para a ciência polar brasileira, abrindo oportunidades reais para a realização de pesquisas científicas de interesse nacional e para o estabelecimento de parcerias que permitam o desenvolvimento de estudos sobre temas relacionados às mudanças climáticas e as suas consequências em outras regiões do planeta .

Destaca-se, ainda, que foi o GT Ártico que considerou, em Resolução subsequente de nº 4, a conveniência de o Governo brasileiro procurar aproveitar a plataforma de cooperação existente no BRICS para a cooperação científica e tecnológica referentes ao Ártico. Assim, acredita-se que é pertinente a inserção do Brasil no Conselho do Ártico e no Tratado de Svalbard. Entretanto, faz-se necessário que o Estado brasileiro elabore estratégias para que a sua participação seja efetiva com objetivos bem definidos desde a sua inserção.

4 PROPOSTA DE LINHA DE AÇÃO A SER IMPLEMENTADA NOS ARTÍCULO E ANTÁRTICA

Em decorrência da presente análise, apresenta-se uma Proposta de Linha de Ação ou um conjunto de medidas que poderiam complementar a mencionada política em Fase Estratégica:

- elaborar uma Estratégia Nacional para a Antártica e para o Ártico, buscando integrar especialistas de diversos Ministérios ou em Escolas, de forma a atingir os objetivos previstos na POLANTAR;
- redimensionar o Conselho da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, se for o caso, de forma que estejam presentes Órgãos de Estado com competência decisória, enxugando a máquina burocrática;
- criar um Fundo Antártico destinado, inicialmente, a investimentos em infraestrutura e pesquisa científica na Antártica e, mais à frente no Ártico. Uma das fontes de recursos financeiros decorreria da cobrança de royalties dos produtos e serviços originários das patentes do PROANTAR;
- organizar os registros de patentes oriundos do PROANTAR e incentivar a difusão e a produção por parte da indústria nacional e Academia, bem como a comercialização desses produtos e serviços. Áreas de interesse: meteorologia, pesca, agricultura, biotecnologia, indústria farmacêutica, espacial, etc.;
- intensificar a difusão da mentalidade antártica por meio de feiras de ciência, de campanhas educativas, inserção da matéria no currículo escolar fundamental e médio, e da atuação junto aos meios de comunicação e instituições com poder de decisão e de financiamento;
- criar um Grupo de Trabalho visando um estudo de viabilidade para o incremento da autonomia operacional da Estação Antártica Comandante Ferraz, fazendo uso, inclusive, da expertise consolidada da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), que já demonstrou capacidade operacional para além da criação de pistas de pouso/aeroportos na Amazônia Verde e em outras vertentes de infraestrutura no País.
- estudar e planejar a construção de uma segunda Base Científica, preferencialmente na parte continental da Antártica, que disponha de aeródromo e porto acessíveis, de forma a ampliar os meios para a pesquisa científica e visando as necessidades logísticas futuras.
- aprofundar os laços diplomáticos, econômicos e científicos com os países que se encontram presentes nos acordos internacionais no Continente Austral e na Região Boreal;

Por fim, as propostas apresentadas, respaldadas na POLANTAR, complementariam e contribuiriam para o incremento da projeção do Poder Nacional do Brasil no Continente Antártico e no Polo Ártico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 11.096, de 15 de junho de 2022**. Aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11096.htm>. Acessado em: 17 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.858, de 25 de junho de 2019**. Dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9858.htm>. Acessado em: 19 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2022. Disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acessado em: 18 out 2023.

CÂMARA, Paulo E.A.S. **Palestra Geopolítica dos Polos: Antártica**. Brasília, DF: Escola Superior de Defesa, 2023.

CÂMARA, P.E.A.S. *et al.* Brasil no Ártico: Uma Visão Geopolítica e da Ciência. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 142, n. 04, 06 abr./jun. 2022.

CÂMARA, P.E.A.S.; BARROS-PLATIAU, Ana F.; ANDRADE, Israel de Oliveira; HILLEBRAND, Giovanni R.L. 2020. Brazil in Antarctica: 40 years of science. **Antarctic Science**, [s.l.], v.33, p.30-38, 2020.

COSTA, F.A.G. da. **A Antártica: O Tratado e as Reivindicações Territoriais**, 2008. 56 f. Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, c Curso de Política e Estratégia Marítimas. 2008, 56 fl. (Curso de Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, Felipe Rodrigues Gomes. **O sistema do tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **O sistema do tratado da Antártica: instrumentos normativos** - Brasília, DF: FUNAG, 2021. 296 p. (Antártica; v. 1).

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **O sistema do tratado da Antártica: documentos e estudos** - Brasília, DF: FUNAG, 2022. 272 p. (Antártica; v. 2).

LOPES, D.V. *et al.* Estudos Geográficos sobre a Antártica: geopolítica, solos, relevo e clima. **Revista Ponto de Vista**, [s.l.], v.1, n.9, 2020.

MARCIAL, Elaine C.; PIO, Marcello José. **Megatendências mundiais 2040: contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil**. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2023.

MARSHALL, T. **Prisioneiros da Geografia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público: curso elementar**. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

Links complementares

<https://arctic-council.org/>

https://www.ats.aq/index_e.html

<https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/proantar/sobre>

<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/ecossistemas/antartica>

O pleito brasileiro à elevação do Rio Grande: os interesses brasileiros na extensão de sua plataforma continental

Grupo 4

Eduardo Sfaglia

Emerson Luis da Silva Prado

Fábio Alexandre Freixo

Ivan Carlos Soares de Oliveira

João Paulo Alexandre de Sousa

Laura Berdine Santos Delamonica

Marcelo Wilker Silva de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

O presente ensaio buscará tratar do pleito brasileiro à Elevação do Rio Grande (ERG), abordando as questões geográficas e geopolíticas relacionadas à demanda nacional para que seja estabelecido novo limite exterior da plataforma continental do Brasil.

A ERG é uma área localizada em alto mar, além das 200 milhas náuticas que constituem a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), reivindicada pelo Brasil como parte constituinte da Plataforma Continental (PC) brasileira. Nesse sentido, o pleito representaria a expansão da área marítima sobre a qual o Brasil tem direito ao aproveitamento dos recursos minerais e outros recursos não-vivos do leito do mar e de seu subsolo, incluindo organismos vivos de espécies sedentárias.

Em busca do referido domínio, o Brasil protocolou pedido junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) das Nações Unidas com o objetivo de obter o reconhecimento de que a área corresponde à extensão da PC, ainda que ultrapassando as 200 milhas náuticas convencionadas. Tal requisição, pontua-se, está em alinhamento ao que dispõem os artigos 76 e 77 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982, que estabelece uma ordem jurídica para os mares e oceanos.

O pedido brasileiro busca, portanto, garantir a soberania sobre a região, dada sua subsunção aos critérios estabelecidos na referida convenção. Ademais, conforme verificar-se-á nos tópicos a seguir, os dados de estudos realizados na ERG até o momento demonstram o potencial econômico da área, que pode decorrer da exploração de recursos energéticos, químicos e minerais, além de terras raras.

Assim, a questão supera o aspecto jurídico acerca da delimitação da área nos termos da CDNUM e alcança a busca pela garantia de controle e acesso sobre os recursos naturais não-vivos correspondentes, os quais têm importante potencial econômico e ambiental. Nesse sentido, as questões que envolvem o tema também traspassaram a esfera do direito público internacional e alcançaram outras dimensões geopolíticas, dada a interação entre o trinômio ator-poder-espaço proposto por Gonzales (2023). Portanto, deve-se considerar o papel político-estratégico do Pleito ao ERG, bem como as consequências no plano internacional, o que deve ser objeto de uma estratégia nacional.

Diante da relevância do tema, nos tópicos seguintes serão abordados esclarecimentos a respeito da geografia da ERG, do pleito brasileiro e das questões geopolítica atinentes ao tema, que deverão abarcar aspectos científicos, geoeconômicos e de segurança e defesa. Serão sugeridas, ainda, linhas de atuação no âmbito da cooperação político-estratégica, considerando organizações internacionais, cúpulas e aproximações bilaterais.

2 A ELEVAÇÃO DO RIO GRANDE

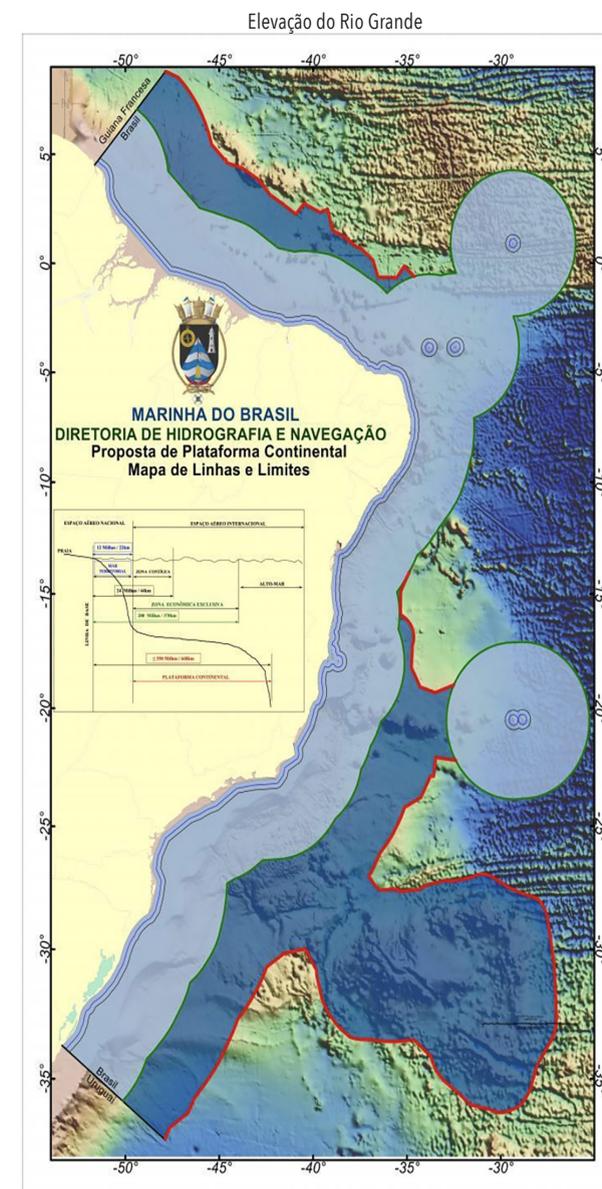
2.1 Geografia

Segundo Ferreira (2023), a ERG é uma feição geomorfológica semelhante a um planalto submarino, localizada cerca de 1.500 km da costa brasileira, na altura do paralelo que passa pela cidade de Rio Grande/RS (Padilha, 2019), conforme pode ser visto na figura 1, e que possui uma batimetria considerada anormalmente rasa, no meio do Oceano Atlântico Sul, com profundidades que variam de 500 a 4.000 metros, e com uma área aproximada de 1 milhão de km² (Neto, 2023). Segundo Bergo et al., 2021 (apud Ferreira, 2023), a ERG possui relevância em função da existência de um grande potencial em termos de recursos minerais, como cobalto, níquel, molibdênio, nióbio, platina, titânio, telúrio, terras-raras, e outros elementos (Mesquita, 2019).

A formação da ERG está associada ao processo de decomposição de material proveniente de erupções originadas no manto terrestre, que também foram responsáveis pelas forças que afastaram a América do Sul e o continente africano. Tais deposições foram tão significativas que alguns pontos se elevaram acima do nível do mar, sendo submersos em tempos subsequentes, permanecendo assim até os dias atuais (Alisson, 2018, apud Ferreira, 2023).

Adicionalmente, segundo Ferreira (2021), a ERG possui propriedades

físicas que remetem às características da costa brasileira, como a presença de determinados tipos de rochas e sedimentos, rifles em alinhamento semelhante ao observado nas bacias litorâneas e padrões de anomalias magnéticas similares (Graça, 2018, apud Ferreira, 2023). Além das potencialidades minerais, a ERG representa uma importância estratégica, uma vez que pode representar, para o Brasil, um acréscimo importante em sua Amazônia Azul, em termos dimensionais.



2.2 O Pleito Brasileiro

A CNUDM estabelece que a PC compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do mar territorial de um Estado, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância. Sobre a PC, os Estados exercem direitos de soberania para efeitos de exploração e aproveitamento de seus recursos minerais e outros recursos não-vivos do leito do mar e de seu subsolo, bem como dos organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias.

Na CNUDM, convencionou-se que os Estados cujas PC excedam 200 milhas marítimas, como o Brasil, devem submeter à CLPC das Nações Unidas relatórios técnico-científicos (mapas, dados geodésicos, etc.) que demonstrem a efetiva extensão geomorfológica de suas PC. Com base nesses dados, a CLPC faz "recomendações aos Estados costeiros sobre questões relacionadas com o estabelecimento dos limites exteriores da sua PC". Os limites da PC estabelecidos com base nessas recomendações são definitivos e obrigatórios.

Com o propósito de estabelecer limites exteriores da PC brasileira, estabeleceu-se, em 1989, o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC). Em 2004, o Brasil submeteu à CLPC relatórios técnico-científicos relativos a 960 mil km² de PC além das 200 milhas marítimas, compreendendo a Margem Continental Sul (Região do Platô de Santa Catarina, do Cone do Rio Grande e do limite marítimo com o Uruguai), Norte (Região do Cone do Amazonas e da Cadeia Norte Brasileira) e Leste/ Sudeste (Região da Cadeia Vitória-Trindade e do Platô de São Paulo). Em 2007, com base nesses relatórios, a CLPC endossou cerca de 81% do pleito brasileiro (770 mil km²) e encaminhou recomendações sobre os 19% restantes da área reivindicada (190 mil km²).

O Brasil decidiu exercer o seu direito de discordar das recomendações da CLPC (art. 8º do Anexo II da CNUDM): "after receiving the recommendations of the CLCS, instead of establishing the outer limits of the continental shelf on the basis of those recommendations, Brazil opted to make not one but three revised partial submissions in respect of different regions of the continental shelf" O País elaborou, então, uma proposta revisada, submetendo à CLPC dados científicos adicionais sobre as três áreas reivindicadas: Região Sul (170.000 km²), Região Equatorial (380.000 km²) e Região Oriental-Meridional (1.000.000 km²). A apresentação dos dados passou a ser feita de forma escalonada, para que fossem analisados de forma gradual na CLPC.

Em 2019, a Região Sul foi reconhecida pela CLPC. A submissão relativa à Região Equatorial está em discussão junto àquele órgão desde

2017, com previsão de conclusão em 2024. A proposta relativa à Região Oriental-Meridional, onde está localizada a Elevação do Rio Grande, foi protocolada nas Nações Unidas em 2018, para ser analisada a partir de 2025. Somadas, as três submissões brasileiras somam cerca de 2 milhões de km².

3 ANÁLISE GEOPOLÍTICA

3.1 Questões Científicas

A formação da ERG representa um campo de aplicação passível de interesse científico, dado algumas de suas idiossincrasias. Estudos sugerem, por exemplo, que antes de ser submersa, a ERG era um arquipélago que continha canais fluviais, cavernas, dunas, manguezais e praias. Cogita-se, ainda, que bactérias tenham sido responsáveis pelo processo de biomineralização que gerou, nesta formação, reservas de metais como o cobalto, bem como elementos químicos mais raros, também conhecidos como terras raras.

Algumas pesquisas incipientes também apontaram a associação simbiótica entre a esponja *Sarostegia Oculata* e a anêmona *Thoracactis topsenti*, formando ramificações semelhantes a de corais, estruturas que tradicionalmente funcionam como abrigos de vida marinha. A abertura de um potencial palco de pesquisa e descobertas científicas credenciam a ERG a ser alvo de interesse geopolítico, dado que eventuais inovações e descobertas advindas de sua exploração poderiam gerar vantagens competitivas ao país que as desenvolve e as detém.

3.2 Questões Geoeconômicas

A ERG se apresenta como proeminente feição morfológica do Atlântico Sul, com diversos platôs submarinos constituídos por crostas ferromanganesíferas, ricas em cobalto. Além disso, há a expectativa de que estas formações apresentem viabilidade de exploração econômica de metais como molibdênio, nióbio, níquel e platina, bem como de elementos mais raros, notadamente telúrio, selênio, neodímio, índio, gálio e tântalo.

Atualmente, os usos mais correntes desses materiais evidenciam-se na indústria de fabricação de computadores, baterias recarregáveis para veículos elétricos, smartphones, cerâmicas avançadas, micro-ondas, fibras ópticas, células solares para geração de energia, lasers, mísseis e satélites. Destaca-se que parte destes elementos possui aplicação em novas tecnologias – que apresentam persal alto valor agregado – o que acaba por acrescentar grande potencial econômico à área em questão (Ângelo, 2018).

A localização a 1.500 km do litoral do Rio de Janeiro, próxima a região onde está o pré-sal, indicaria a alguns pesquisadores a possibilidade de existência de reservas de petróleo e gás na região, solidificando a importância do ativo geoeconômico da elevação. O estabelecimento de limites exteriores definitivos aumentará a segurança jurídica sobre atividades desenvolvidas ao longo de sua extensão, sobretudo

para investidores que desejam realizar exploração econômica de seus recursos não-vivos além das 200 milhas. A riqueza mineral presente na ERG vem sendo admitida como patrimônio das futuras gerações de brasileiros, ensejando, portanto, meios e estratégias de defesa suficientes para dissuadir intervenções estrangeiras.

3.3. Questões de Segurança e Defesa

A prerrogativa do estado brasileiro sobre os direitos de exploração na ERG permite autonomia no processo decisório, contribuindo para a manutenção da segurança ambiental na área marítima sobrejacente e na ZEE nas proximidades da ERG.

De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (2020), o Brasil deve ter capacidade de monitorar e controlar as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). O Ministério da Defesa (MD), por meio da Marinha do Brasil (MB), concebeu o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), que consiste em um conjunto de sistemas com objetivo de ampliar a capacidade de monitoramento e controle das AJB e das regiões de Busca e Salvamento sob responsabilidade do Brasil (SAR Brasil). O projeto abrange a utilização de satélites, radares e equipamentos de sensoriamento submarino para monitorar o espaço marítimo de interesse brasileiro. O projeto do SisGAAz contempla o monitoramento da área marítima correspondente à ERG, porém outras tarefas da MB e da Força Aérea Brasileira (FAB) necessitariam de aporte financeiro, em virtude desse acréscimo na área marítima, sendo esse fato uma oportunidade a ser explorada pelo setor de defesa.

4 CONCLUSÃO

A pretensão brasileira de extensão de sua plataforma continental é uma realidade e garantir o controle sobre a ERG é parte fundamental dessa estratégia. Apesar das dificuldades de mensurar o potencial da área e das indefinições científicas associadas à demanda brasileira, o presente ensaio reconhece a importância de que o Brasil lute por esse espaço de soberania e assegure seu controle e proteção.

Diante da demanda brasileira, a região tem atraído atenção internacional, em razão de suas potencialidades econômicas, minerais e energéticas (Padilha, 2019). Cabe registrar o interesse geoeconômico e científico de países extra regionais, com destaque para Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos, China e Espanha, que já manifestaram pretensão de realizar pesquisas na região e ampliar ações pesqueiras e comerciais.

Para fazer frente a essas dinâmicas e eventuais pressões internacionais, é fundamental que as instituições brasileiras envolvidas na apresentação da demanda promovam maior sensibilização da sociedade brasileira a respeito desse pleito e de suas potencialidades futuras. Sugere-se, ainda, reforçar internacionalmente, sempre que possível, a visão brasileira de exercício de soberania sobre a ERG, por meio de discursos, eventos acadêmicos e estratégias de comunicação a respeito da demanda nacional.

Caso a ERG seja reconhecida pela CLPC, a ampliação da plataforma continental brasileira irá gerar oportunidades e desafios para o país. Como desafio, destaca-se a necessidade de ampliar e aprimorar as capacidades nacionais para monitorar e garantir a segurança da “nova área”. Por outro lado, haverá também oportunidades que merecem ser aproveitadas, constituindo uma “janela de oportunidade” para que o Brasil invista em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologias e equipamentos próprios para exercer o devido controle da ERG.

O processo de análise do pleito brasileiro deverá ser complexo e demorado, mas pode ser visto como um “investimento estratégico de longo prazo”. Eventual reconhecimento da ampliação do território sob domínio do Brasil torna-se um ativo de poder em um mundo em que as disputas territoriais têm estado cada vez mais presentes no tabuleiro internacional. A incorporação da ERG representará, fundamentalmente, a consolidação do “poder azul” do país e a extensão da noção de “Amazônia Azul”, conceito que tem balizado a inserção internacional do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ÂNGELO, Cláudio. O segredo do abismo. **Revista Piauí**, São Paulo, v. 142, jul. de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-segredo-do-abismo/>. Acesso em: 12 out. 2023.
- FERREIRA, Juarez Cerqueira. A geomorfologia da Elevação do Rio Grande e os pleitos brasileiros para a exploração desta feição. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 143, n.04/06, abr./jun., 2023.
- FERREIRA, Juarez Cerqueira. **A postura brasileira para a defesa de uma feição submersa estratégica**: análise da aderência da Estratégia Naval A2/ AD na Elevação do Rio Grande. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Navais) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021.
- GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **Fundamentos da Geopolítica**: Reflexões sobre um conceito. Texto de apoio ao Curso “Geopolítica e Defesa”. Brasília, DF, 9 a 27 out. 2023.
- MESQUITA, João Lara. Jazidas Minerais encontradas na elevação do Rio Grande. **Mar sem fim**, [s.l.], 17 maio 2021. Disponível em <https://marsemfim.com.br/jazidas-minerais-encontradas-na-elevacao-do-rio-grande>. Acesso em: 19 out. 2023.
- NETO, Armando da Silva Costa. A Elevação do Rio Grande: uma análise sobre a implementação da estratégia Anti-Access/ Area Denial pelo Brasil. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 143, n.04/06, abr./jun. 2023.
- OLIVEIRA, Valdineia dos Santos. **Elevação do Rio Grande**: um estudo acerca de sua localização dentro da PCJ - Brasileira e seus impactos na soberania nacional. 2019. Trabalho de conclusão de curso. Escola Superior de Defesa, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/1065>. Acesso em: 18 out. 2023.
- PADILHA, Luiz. A importância estratégica da ERG após a descoberta do pré-sal. **Defesa Aérea e Naval**, [s.l.], jun. 2019. Disponível em: <https://www.defesaareanaval.com.br/ciencia-e-tecnologia/a-importancia-estrategica-da-erg-apos-a-descoberta-do-pre-sal> Acesso em 12 out. 2023.

Links complementares

- <https://jornal.usp.br/ciencias/elevacao-do-rio-grande-ja-foi-uma-ilha-tropical-na-frente-do-brasil/>
- <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/psrm/proarea>

A Grande Estratégia no Brasil

Grupo 5

Alexandre Duarte Siqueira
Carlos Roberto do Nascimento Junior
Erlon Moisa
Giovani Dalarosa Amaral
Maria Rosaria da Silva Barcellos
Mauro José da Silva Gonçalves
Rodrigo Resende do Monte

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo busca analisar se o Brasil possui efetivamente uma Grande Estratégia condizente com o papel geopolítico exercido pelo País, considerando três pilares: Desenvolvimento, Defesa e Política Externa. A análise será desenvolvida partindo das definições de diversos pensadores sobre o tema Grande Estratégia, com base no estudo individualizado dos pilares, e concluindo sobre os aspectos gerais da Grande Estratégia Brasileira.

É possível conceituar, sem que se tenha unanimidade acadêmica, que a Grande Estratégia de um país é a visão e direcionamento macro de contextualização do ambiente estratégico nacional e internacional para a aplicação dos diversos instrumentos de poder, que virão a assegurar os interesses nacionais, derivando dessa as estratégias setoriais específicas (Nascimento Jr., 2023).

Alsina Júnior (2018) sugere que a grande estratégia é “a coordenação de fatores político-diplomáticos, econômicos e militares em prol dos interesses de uma coletividade”. O diplomata brasileiro Braz Baracuhy (2019) apresenta uma ótica com enfoque nas projeções do Estado no cenário internacional:

A Grande Estratégia identifica e dá coerência para os objetivos da política externa. Esses objetivos encontram sua expressão quando sendo implementados no espaço geográfico, à medida que as capacidades e instrumentos do poder são estratégica e taticamente empregados pelo Estado na busca de seus interesses. Juntas, as projeções dos poderes geoeconômicos e geopolíticos definem a morfologia estratégica do mapa mundial (Baracuhy, 2019 apud Nascimento Jr., 2023).

Nina Silove considera que a Grande Estratégia pode ser concebida sob três enfoques: o primeiro como um “grande plano”, complexo, com metas e indicadores e pouco flexível a longo prazo; o segundo como um “grande princípio organizador”, mais simples, abarcando um conjunto de ideias-forças que apontam objetivos finais, requerendo entendimento e acordo em maior nível para sua implementação; e o terceiro enfoque como um “padrão de conduta”, uma grande pauta que guiará condutas e decisões sobre distintos assuntos (Silove, 2018 apud Jordán, 2021).

Nye (2011) acrescenta que a Grande Estratégia possui três componentes: interesses nacionais; modos e meios existentes e criados, pela conjugação de soft power, hard power e smart power como ferramenta de poder; e o longo prazo – ao menos uma década. No contexto brasileiro, o Poder Nacional pode ser definido como a soma de todos os recursos disponíveis em busca de objetivos nacionais, sendo eles econômicos, político-diplomáticos, militares, informacionais, entre outros (ESG, 2022).

Em termos de estrutura, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, o então Secretário de Estado norte-americano George Marshall criou no Departamento de Estado o “Policy Planning Department”, com a função de olhar o futuro, ainda que não tão distante, mas além das atribuições do dia a dia, antecipando as tendências emergentes, para propor o que poderia ser feito a fim de enfrentá-las ou antecipá-las, e reavaliar o que estava sendo feito. Conta-se que

o general Marshall, que havia sido o chefe do Estado-Maior do Exército americano durante a grande guerra, deu a seguinte orientação a George Kennan quando o chamou para dirigir a unidade recém-criada: “Evite trivialidades” (FUNAG, 2018).

No que tange aos aspectos necessários para a construção de uma estratégia nacional, pode-se citar que a Estratégia de Segurança Nacional do governo da Espanha apresentou os seguintes princípios norteadores: unidade de ação, antecipação, eficiência e resiliência. Além disso, apresentou os objetivos gerais, entre outros, o de promover uma cultura de Segurança Nacional e de fortalecer a projeção internacional da Espanha. Para atender a tudo isso, aquele Estado corrobora que sua Estratégia dependeu de um amplo acordo entre governo, setor privado, academia e parlamento (Espanha, 2017).

O Reino Unido, por sua vez, apresentou, em 2021, a publicação “Global Britain in a competitive age: The Integrated Review of Security, Defence, Development and Foreign Policy”, dividida nos eixos: manutenção da vantagem estratégica através da ciência e tecnologia; moldagem da ordem internacional do futuro; fortalecimento da segurança e da defesa interna e externa; e construção de resiliência interna e externa (Britain, 2021).

É possível afirmar que o ponto de partida para formular uma Grande Estratégia advém da avaliação crítica e realista da conjuntura nacional e internacional, contextualizando no ambiente estratégico o posicionamento do país e sua participação nos organismos de governança global e regional e, assim, obtendo um retrato da realidade. A partir desse ponto, a Grande Estratégia irá identificar oportunidades, ameaças, fatores de força e fraqueza, buscando dar diretrizes gerais para a coordenação da atuação do Estado no alcance de seus objetivos nacionais.

No Brasil, diversos autores, como Mário Travassos, Therezinha de Castro, Meira Mattos, Golbery, entre outros, já versaram sobre o pensamento geopolítico nacional. O peso geopolítico do Brasil verifica-se pelas suas dimensões continentais, com mais de 200 milhões de habitantes, PIB superior a US\$ 2 trilhões e extensão territorial superior a 8,5 milhões de km², limiares compartilhados no mundo apenas com EUA e China (Medeiros Filho, 2023). Nesse contexto, o estabelecimento de uma Grande Estratégia ganha ainda mais importância, para colocar em ação as aspirações nacionais e consolidar um posicionamento em relação ao mundo.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, lei fundamental e suprema do País, serve de parâmetro de validade a todas as espécies normativas e situa-se no topo do ordenamento jurídico, mas não cabe ao seu escopo a descrição da “Grande Estratégia do Brasil”, apesar de nortear o direcionamento macro do País.

Nesse sentido, o § 1º do art. 174 da Constituição Federal estipula que “a lei estabelecerá as diretrizes e bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado, o qual incorporará e compatibilizará os planos nacionais e regionais de desenvolvimento” (Brasil, 1988). Embora não aborde uma grande estratégia, pressupõe um planejamento nacional articulado. No entanto, esse parágrafo ainda aguarda regulamentação no cenário brasileiro (Nascimento, 2023).

A soberania é o primeiro fundamento citado no art. 1º da Constituição Federal Brasileira e, portanto, é inalienável, indivisível e imprescritível. Deve ser exercida pela vontade geral e ser preservada em nome das futuras gerações e da prosperidade do País. Além disso, a Carta Magna, em seu art. 3º, descreve os objetivos fundamentais e, no art. 4º, define os princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Brasil (Brasil, 1988). Os artigos citados podem ser considerados como a base para a construção da Grande Estratégia brasileira, logo, mostram a direção que se deve perseguir, mas não detalham os passos que o Estado deve realizar.

Nesse contexto, este ensaio irá verificar se é possível afirmar que o Brasil tem uma Grande Estratégia condizente com seu peso geopolítico, bem como verificar, a partir dos pilares do Desenvolvimento, Defesa e Política Externa, como conectar as experiências setoriais na construção de políticas públicas que, conjugadas, apontem rumos para uma Grande Estratégia.

2 PRINCIPAIS PILARES DE UMA GRANDE ESTRATÉGIA

2.1 Desenvolvimento

No que tange ao pilar Desenvolvimento, algumas ações e trabalhos foram desenvolvidos, mas de uma forma isolada e sem uma coordenação geral. Desse modo, ainda que se possa identificar ações pontuais, ainda não se tem um projeto que pode ser chamado de “Grande Estratégia”.

Com o intuito de apresentar o atual estágio de maturidade do planejamento estratégico do Brasil, serão apresentadas a seguir ações que possuem uma certa vinculação com o planejamento desenvolvimentista do Brasil. Uma importante iniciativa que trata sobre planejamento estratégico, o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, conhecido como “Decreto de Governança”, criou o Comitê Interministerial de Governança e dispôs sobre a política de governança da administração pública federal (Brasil, 2017b).

Com base nesse Decreto, o Ministério da Economia editou a Instrução Normativa nº 24 (IN 24), de 18 de março de 2020, instituindo obrigatoriamente um Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para cada órgão vinculado ao Governo Federal (Brasil, 2020b). Os PEI deverão ser aprovados e monitorados de forma sistemática e contínua pelos respectivos Comitês de Governança, previstos pelo Decreto nº 9.203/2017. A formulação do PEI, dentro da estrutura de Governança de cada pasta, representa atualmente o planejamento instituído individualizado com a definição de premissas, direcionadores estratégicos (missão, visão e valor público) e objetivos alinhados com o Plano Plurianual (PPA). A partir de uma análise da IN 24, infere-se que se trata de iniciativas de gestão e governança. O problema é que cada ministério desenvolve o seu PEI e não existe uma ação integrada para construir um planejamento de todos. Portanto, o PEI não representa uma estratégia nacional, é um plano setorial e compartimentado, que reflete a ação isolada de cada órgão.

Nesse mesmo sentido da gestão, outro instrumento que mostra alguma iniciativa estratégica é o PPA 2024-2027, que é um instrumento de planejamento de despesas a médio prazo do Governo Federal. Orienta, de forma concreta, as escolhas do governo para seus gastos, que se traduzem em programas e no orçamento previsto para os próximos quatro anos (Brasil, 2023a). Em 2023, ocorreu um processo de construção do PPA de forma diferenciada, com a participação social e ações transversais de vários órgãos. No entanto, o PPA representa as prioridades e os investimentos somente do Governo Federal para os próximos quatro anos, associado a um plano de gestão ou de governança. Sua lógica é orçamentária, fundada em despesas, como se depreende do § 1º do art. 165 da Constituição Federal, mas não apresenta, efetivamente, elementos de uma Grande Estratégia do Brasil.

Em um sentido mais amplo, a então Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) publicou Relatórios de Conjuntura para abordar diversos temas considerados relevantes para o Brasil. Em maio de 2017, a SAE/PR elaborou o Relatório de Conjuntura nº 01, com o título “Brasil: um país em busca de uma grande estratégia” (Brasil, 2017a). Nesse relatório, buscou-se pontuar a necessidade de reflexão, por parte dos dirigentes brasileiros, sobre as verdadeiras fontes do poder nacional, suas virtudes, fraquezas e limitações; sobre quais são os interesses nacionais; e sobre a melhor forma de alcançá-los.



O relatório apresentou um diagnóstico do ambiente nacional e internacional, pontuando elementos que deveriam ser considerados para a construção, analisando o passado e indicando ponderações a serem consideradas na elaboração de uma Grande Estratégia. Relewa mencionar que o próprio documento afirma inexistir no Brasil ente estatal encarregado de formular, estimular, executar, coordenar, supervisionar e fiscalizar políticas estratégicas multissetoriais vitais para o progresso do País.

Em outro normativo do Governo Federal, o Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020, instituiu “A Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 (EFD 2020-2031)” (Brasil, 2020a). Esse decreto representa uma declaração de planejamento governamental que positiva uma visão de longo prazo para a atuação estável e coerente dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A principal proposta da EFD foi mostrar uma visão de futuro com a construção de cenários da economia brasileira e a proposta de articulação dos cinco eixos: Econômico, Institucional, Infraestrutura, Ambiental e Social, considerados os setores propulsores do desenvolvimento do País nos próximos doze anos. A iniciativa foi algo inovador, mas apresenta alguns problemas, como a dificuldade de implementação com a troca de governo e a falta de ações concretas, então a ação passou a ser assunto de governo e não de Estado; e outros setores importantes, apesar de consultados, não foram contemplados com o devido detalhamento, como a Defesa e a Política Externa.

Infere-se, parcialmente, que, sobre o Desenvolvimento, não se tem uma efetiva articulação nacional, porém, existem estratégias de governança coordenadas pelos ministérios que podem, em algum momento, ter pontos de convergência. As iniciativas apresentadas estão voltadas para um planejamento estratégico, utilizando essa metodologia como ferramenta de gestão de recursos e governança.

2.2 Defesa

No que tange aos aspectos de Defesa do Brasil, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é um importante documento informativo sobre o tema. Abrangente, visa esclarecer à sociedade brasileira e à comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção da nossa soberania. Por meio da confiança e cooperação com o entorno estratégico, o binômio Defesa-Diplomacia destaca-se como relevante vetor para alcançar os objetivos nacionais (Brasil, 2012).

Nesse contexto, o documento que mais se aproxima de uma estratégia alinhada com objetivos a longo prazo é a Política Nacional de Defesa (PND), focada para que o Estado brasileiro alcance os objetivos fundamentais presentes no art. 3º da Constituição Federal. “A PND é o documento condicionante de mais alto nível

para o planejamento de ações destinadas à defesa do País. Voltada prioritariamente para ameaças externas, estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional." É concebida segundo pressupostos básicos, como o de manter a prontidão, com adequada capacidade de dissuasão, e o de estimular todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa de forma participativa e colaborativa. (Brasil, 2005).

A PND estabelece oito Objetivos Nacionais de Defesa (OND) que devem ser interpretados e alcançados pela nação brasileira no âmbito da Defesa. São eles: 1) garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; 2) assegurar a capacidade de defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas; 3) promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa; 4) preservar a coesão e unidade nacionais; 5) salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior; 6) ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional; 7) contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais; e 8) incrementar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais (Brasil, 2005). Observa-se que esses objetivos apresentam algumas características daqueles de uma Grande Estratégia, por exigirem um esforço nacional, serem perenes ou a longo prazo e independentes do governo de turno.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os OND não podem ser cumpridos de maneira estanque, exclusivamente pelo estamento militar. Pelo contrário, serão alcançados em complemento e coordenação com os outros dois grandes pilares que devem compor a Grande Estratégia, o Desenvolvimento e a Política Externa. Para exemplificar, temos o OND de "promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa", que requer a participação de outros segmentos da sociedade que formam a tríplex hélice - o governo, a academia e a iniciativa privada - além do setor diplomático, para viabilizar eventuais interlocuções para a transferência de tecnologia.

Ainda no pilar da defesa, pode-se citar a Estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008, outro marco do planejamento estratégico de defesa do País. Sua elaboração contou, pela primeira vez, com a colaboração de vários atores ministeriais, coordenados pela SAE/PR e pelo Ministério da Defesa (MD). A END define três setores estratégicos para a defesa: nuclear, cibernético e espacial, os quais também necessitam do apoio e colaboração de outros ministérios e segmentos da base industrial de defesa para o seu êxito (BRASIL, 2008). Registre-se, ainda, o destaque dado ao binômio defesa-diplomacia, vertentes fundamentais para o alcance dessa estratégia (Nascimento, 2023).

No meio acadêmico, o tema vem ganhando importância, por meio de iniciativas como a da Escola Superior de Defesa (ESD) do MD, em parceria com a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Ministério das Relações Exteriores (MRE) e Centro de Estudos Estratégicos do Exército, que vêm promovendo cursos e debates sobre Grande Estratégia. Exemplo disso, pode-se citar o recente simpósio "O futuro no presente: por uma Grande Estratégia para o Brasil", realizado no dia 23 de março de 2023, que foi uma oportunidade de reunir intelectuais e estudiosos para fomentar o pensamento estratégico de longo prazo (ESD, 2023).

Na ocasião, foram debatidas as temáticas sobre a agenda global e os desafios para uma Grande Estratégia; planejamento estratégico em um Projeto de Estado; e agendas para uma Grande Estratégia brasileira: Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Geoeconomia e Tecnologia, Defesa e Política Externa. Ainda que não tenham sido abordadas questões estruturantes, apresentaram-se valiosas recomendações para a elaboração de uma Grande Estratégia nacional (ESD, 2023).

2.3 Política Externa

Partindo do arcabouço jurídico, os princípios que regem as Relações Internacionais do Brasil estão enunciados no art. 4º da Constituição Federal de 1988 e são os seguintes: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político. No parágrafo único, complementa, "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações" (Brasil, 1988).

O Decreto nº 11.357, de 1º de janeiro de 2023, estabelece a natureza e as competências do MRE, dentre as quais destacam-se: coordenação da participação do Governo brasileiro em negociações políticas, comerciais, econômicas, financeiras, técnicas e culturais com Estados estrangeiros e com organizações internacionais; coordenação, em articulação com os demais órgãos competentes, da defesa do Estado em litígios e contenciosos internacionais e representação do Estado em cortes internacionais e órgãos correlatos; e promoção do comércio exterior, de investimentos e da competitividade internacional do País, em coordenação com as políticas governamentais de comércio exterior (Brasil, 2023b).

Sob o aspecto da Grande Estratégia, a diplomacia brasileira não tem realizado exercícios de maior envergadura. Em 2014 – exceção que confirma a regra – houve reuniões consultivas no Itamaraty com vistas à elaboração de um "Livro Branco" voltado

ao balizamento de Política Externa. Tal iniciativa, no entanto, não teve continuidade. Ainda assim, mesmo não se identificando um documento balizador da Política Externa, infere-se ser uma ferramenta indispensável para execução da Grande Estratégia.

Observado pelo ministro Almir Nascimento, da FUNAG, a adoção de um planejamento e/ou de uma grande estratégia muito se beneficia de uma cultura organizacional menos rígida e refratária a mudanças. O componente inovação deve estar presente em exercícios criativos, porém fundados na realidade, de elaboração dos textos e documentos relativos a um planejamento estratégico e a uma grande estratégia (Nascimento, 2023).

Cabe destacar que o modo preferencial de um país atuar na arena internacional está intimamente relacionado aos desafios enfrentados em sua formação histórica, tempo em geral medido em séculos (ou milênios) e que pode, como no caso do Brasil, ter sido iniciado antes mesmo de sua existência independente no concerto das nações. Vale dizer, a diplomacia brasileira tradicionalmente tem se apoiado no soft power muito antes que esse conceito fosse formulado por Nye e se tornasse amplamente conhecido nos círculos diplomáticos e acadêmicos internacionais.

Não seria exagero afirmar que a “grande estratégia” de Portugal – país com área e população diminutas – para manter império ultramarino tão vasto haverá de ter influenciado a escolha, pelo Brasil, de meios diplomáticos em todo o processo do estabelecimento das nossas fronteiras, bem como o lugar de destaque que o multilateralismo sempre ocupou em nossa agenda diplomática. Nesse sentido, como lembra Rubens Ricupero (2017), “dois terços do território brasileiro estaria fora de nossas fronteiras se não fosse a diplomacia”.

Portanto, é possível afirmar que a Política Externa permeia transversalmente os outros pilares da Grande Estratégia e denota o caráter interinstitucional de diversas ações de relações internacionais. Apesar dos avanços conquistados na configuração de uma política externa voltada para a promoção dos interesses globais do Brasil, permanecem desafios que poderão ser superados com a criação de uma Grande Estratégia que esteja em consonância com sua relevância geopolítica. O reforço da coordenação entre a política externa, a área de defesa e o desenvolvimento representam instrumentos cruciais para a execução de uma Grande Estratégia que traduza plenamente a posição e a projeção dos interesses do Brasil no contexto global.

3 CONCLUSÃO

Ainda que diversos autores tenham abordado o assunto, a Grande Estratégia ainda não possui uma definição consagrada pela comunidade acadêmica. Alguns Estados nacionais já se organizaram, cada um à sua maneira, para formular as suas

estratégias de acordo com as necessidades e seu peso geopolítico. Os conceitos de grande estratégia e planejamento estratégico não podem ser confundidos.

Nesse contexto, observam-se pontos em comum nessas formulações, coerentes com a maneira que a comunidade acadêmica vem abordando o assunto. Percebe-se que essas iniciativas nacionais de formular uma estratégia de segurança nacional, por exemplo, têm incorporado, a partir dos anos 2000, a metodologia gerencial de planejamento estratégico comercial, estabelecendo missão, metas, indicadores, matriz 5W2H etc. Com isso, uma Grande Estratégia deve transcender o ambiente incerto, volátil e complexo, uma estratégia que tenha que ser revista com alguma frequência poderia encaixar-se em um Planejamento Estratégico, mas não em uma Grande Estratégia.

Dentre esses pontos, pode-se inferir que a Grande Estratégia deve possuir uma visão de longo prazo e ser orientadora dos diversos segmentos do Estado e da sociedade, com enfoque nos pilares Desenvolvimento, Defesa e Política Externa. Ainda, os objetivos de uma Grande Estratégia devem apresentar algumas características, como exigirem um esforço nacional, serem perenes ou a longo prazo, independentes do governo de turno e resilientes às flutuações do ambiente interno e externo do país. Os estudos geopolíticos mostram-se mais adequados como ferramenta para a formulação de uma grande estratégia.

No Brasil, ainda que a Constituição Federal estabeleça seus objetivos fundamentais, não há uma Grande Estratégia de maneira formal e organizada. Observa-se que há diversas iniciativas setoriais, que podem ser desarmônicas e eventualmente desconexas do contexto nacional e internacional, carecendo-se de um documento que norteie sinergicamente os esforços do País de forma condizente com o seu peso geopolítico.

Nesse sentido, necessita-se de um órgão de Estado, ad hoc e apartidário, com uma equipe de especialistas capazes de organizar os estudos, conduzir articulações, promover debates e intermediar entendimentos em maior nível, envolvendo a academia, o parlamento, o setor privado e o governo na construção de alinhamentos para a aplicação do poder nacional a longo prazo, como um “grande princípio organizador”, e abarcando um conjunto de ideias-forças que apontem objetivos finais concretos que atendam aos interesses nacionais.

É importante que a Grande Estratégia brasileira defina a posição que o país pretende ocupar no tabuleiro geopolítico regional e mundial a longo prazo. Acredita-se que a partir da Grande Estratégia estabelecida, poder-se-á alinhar as estratégias setoriais, utilizando-se as ferramentas gerenciais ao nível adequado, para cumpri-las de forma que o Brasil alcance a posição geopolítica que reflita a sua importância no contexto global.

REFERÊNCIAS

- ALSINA JÚNIOR, João Paulo. **Ensaio de grande estratégia brasileira**. FGV Ed. 2018.
- BARACUHY, Braz. **Geo-economics as a dimension of grand strategy**. Abingdon: Routledge, 2019.
- BELLI, Benoni, NASSER, Felipe (ed.) **The road ahead: the 21 st Century world order in the eyes of policy planners**. Brasília: FUNAG, 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição Federal de 1988, **Diário Oficial da União**, Seção 1. Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. **Decreto nº 10.531, de 26 de outubro de 2020**. Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031. Brasília, DF: Presidência da República, 2020a.
- BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Política Nacional de Defesa (PND). Brasília, DF: Presidência da República, 2005.
- BRASIL. **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2012**. Política de Governança da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2017b.
- BRASIL. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Estratégia Nacional de Defesa (END). Brasília, DF: Presidência da República, 2008.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012. Estrutura Regimental do. 2023b.
- BRASIL. Ministério da Economia. **Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020**. Dispõe sobre a elaboração e revisão do planejamento estratégico institucional dos órgãos e das entidades da administração pública. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2020b.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Decreto nº 11.357, de 1º de janeiro de 2023**. Aprova a Estrutura Regimental. Brasília, DF: MRE, 2023b.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Plano Plurianual 2024-2027**: mensagem presidencial. Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO. 228p. 2023a.
- BRASIL. Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. **Relatório de Conjuntura nº 01**: Brasil um País em Busca de uma Grande Estratégia. Brasília, DF: Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos, 2017.

BRITAIN. HM Government. Global Britain in a competitive age. **The integrated review of security, defense, development, and foreign policy**. 2021.

ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA (Brasil). **Simpósio O futuro no presente**: por uma Grande Estratégia para o Brasil, 23 de março de 2023. Brasília, DF: Escola Superior de Defesa, 2023.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2022. 164p.

ESPAÑA. **Estrategia de Seguridad Nacional**. Madrid: Presidencia del Gobierno. 2017.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (Brasil). **The road ahead**: the 21st Century world order in the eyes of policy planners. Benoni Belli, Felipe Nasser (editors). Brasília: FUNAG. 2018.

JORDÁN, Javier. ¿Qué es la gran estrategia?, **Global Strategy Report**, [s.l.], n.37. 2021.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Palestra ministrada no Curso de Geopolítica e Defesa**. Escola Superior de Defesa, Brasília, DF, 23 out. 2023.

NASCIMENTO JR., Carlos. A projeção geoeconômica chinesa e o nível de ameaça externa nos períodos de 1975-1985 e 2004-2014: uma análise sob a ótica da grande estratégia. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 143, n. 04/06, p. 155/174, abr/jun. 2023.

NASCIMENTO, Almir Lima. **Palestra ministrada no Curso de Geopolítica e Defesa**. Escola Superior de Defesa, Brasília, DF, 24 out. 2023.

NYE, Joseph S. **The Future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

RICUPERO, RUBENS. **A diplomacia na construção do Brasil**: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal Editores. 2017.

SILVEIRA, Nina. Beyond the Buzzword: The Three Meanings of "Grand Strategy". **Security Studies**, Vol. 27, No 1, pp. 27-57. 2018.

Link complementar

<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-politicas-digitais/estrategia-federal-de-desenvolvimento>



Discurso de encerramento

LAURA BERDINE SANTOS DELAMONICA

O Brasil é um país continental, contemplado com enormes recursos minerais Senhor Vice-Reitor e Chefe do Departamento Acadêmico da Escola Superior de Defesa, General Carlos Henrique Teche, em nome de quem cumprimento todos os militares presentes.

Senhora Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, Embaixadora Márcia Loureiro, em nome de quem cumprimento todas as autoridades civil.

Eu não poderia deixar de cumprimentar o Coronel Mario Brasil do Nascimento, diretor do Curso Geopolítica e Defesa 2023, e da Tenente Coronel Selma de Moura Gonzalez, Coordenadora Acadêmica, em nome dos quais cumprimento toda a equipe responsável pela organização do CGEOD 2023

Queridas e queridos familiares, Senhoras e senhores,

O Brasil nos une e é por isso que estamos aqui hoje. É com muita honra e senso de responsabilidade que nos dirigimos aos senhores e senhoras em nome da Turma Pioneira do Curso de Geopolítica e Defesa 2023, também conhecida como "A Melhor".

Somos 15 militares e 23 civis, dos quais 7 mulheres. Representamos 16 instituições da Administração Pública Federal e das Forças Armadas. Esse seleto grupo congregou profissionais que são referências em suas respectivas áreas, permitindo o convívio harmônico entre diferentes.

Durante as últimas três semanas, tivemos a oportunidade de questionar e dialogar, pensar e repensar, com empatia e respeito. Em três semanas, nós viajamos para o espaço sideral e cibernético, navegamos até o Ártico e a Antártica, mergulhamos em rios e oceanos, sobrevoamos a Amazônia, desbravamos as nossas fronteiras e aterrissamos no Brasil e em seu entorno estratégico.

O Curso nos mostrou que essa área do conhecimento chamada geopolítica, multidisciplinar e multifacetada, está sendo contruída diariamente por civis e militares, por nossos funcionários públicos, pela academia, por nossos militares no terreno e por nossa diplomacia ao redor do mundo.

ESCOLA SUPERIOR DE DEFESA



O CGEOD 2023 nos permitiu materializar o abstrato. Nos permitiu refletir sobre perguntas-chave para tentarmos entender nosso país e nosso papel nesse processo: quais são nossos valores? Quais são os interesses do Brasil? E como nós, civis e militares, podemos ser agentes da transformação que tanto defendemos e queremos?

Sáimos dessa Escola Superior de Defesa com o desafio de pensar uma Grande Estratégia Nacional, que seja capaz de incorporar nossas aspirações de paz e desenvolvimento e que represente o Brasil em toda a sua diversidade.

Senhoras e senhores,

A Escola Superior de Defesa, que completou seu segundo ano de existência, tem-se consolidado como um polo de conhecimento, tornando-se um espaço de construção do patrimônio intelectual do nosso país.

O esforço da ESD e de suas instituições parceiras, como a FUNAG, merece ser valorizado. Mas seus projetos não teriam alcançado o grau de excelência de que dispõem sem a dedicação e o empenho de todos e todas nós que passamos por esses bancos e deixamos aqui, de alguma forma, nossa contribuição.

O dinamismo, a capacidade de trabalho e a dedicação da turma pioneira contribuíram significativamente para o êxito do CGEOD 2023.

Como disse Therezinha de Castro, a geopolítica é como o filme, tem movimento, é dinâmica. Que nós, com o conhecimento adquirido no CGEOD 2023, sejamos os diretores desse filme.

Senhoras e senhores,

Eu gostaria de registrar nosso agradecimento a todos os docentes, à equipe de apoio pedagógico e a todos os funcionários e servidores da Escola Superior de Defesa por nos apoiarem durante o processo.

Agradecemos também às chefias de nossas respectivas instituições por reconhecerem a importância e investirem em nossa formação e capacitação. E nosso agradecimento especial às nossas famílias por compreenderem nossas ausências durante esse período.

Ao concluir o CGEOD 2023, desejo que, por mais áridos que sejam os terrenos que encontremos pela frente, nós sejamos sementes para frutificarmos em outras paragens. E que essas sementes possam fazer brotar uma verdadeira cultura de pensamento e de ações estratégicas em prol dos interesses do nosso querido Brasil.

Muito obrigada!

Discurso de encerramento

CÓSAM DE CARVALHO COUTINHO

Bom dia, senhoras. Bom dia, senhores!

Reitero aqui os cumprimentos mencionados pela nossa colega senhora Laura Delamonica, do Itamaraty. Sinto-me honrado por estar aqui neste púlpito, compartilhando a oportunidade de representar a primeira, e melhor, turma do Curso de Geopolítica e Defesa; e expressar o sentimento coletivo.

A todos vocês colegas, um abraço afetuoso. Nas palavras de boas-vindas do diretor do curso CGEOD 2023 foram expressos votos de que o curso atendessem “às expectativas e, principalmente, contribuísse para o fortalecimento do pensamento crítico-estratégico, o desenvolvimento da mentalidade de defesa do país e das ideias para impulsionar o Brasil para ocupar uma posição que corresponda à verdadeira estatura político-estratégica que merece”. Eu vos digo que estas foram em muito superadas.

Sobre o curso, sua importância, grandeza e envergadura dos temas abordados e sugeridos, a minha colega já bem dissertou.

Entretanto, quero destacar o fator humano como agente central da geopolítica, por entender ser este o planejador, executor e agente dos resultados advindos das ações (ou reações) de atos executados ou planejados no exercício da geopolítica.

Ao verificar que dentre os fatores de análise na relação espaço e poder, os elementos e símbolos territoriais não naturais são todos, sem exceção, produtos da criação humana, incluindo aqui até mesmo as linhas imaginárias que alcunhamos de fronteira, não resta dúvida alguma que o ser humano é o único capaz de alterar o curso desse ramo do saber, por ser o ator e o poder num espaço delimitado em uso.

Destaco, também, o convívio harmônico e acolhedor que desfrutamos em um ambiente tão plural. Pluralidade essa que é retrato da "cara" do nosso país, da nossa gente e do nosso jeito de ser.

O pouco tempo que tivemos juntos foi insuficiente para aprofundarmos laços de amizade, mas suficiente para desenvolver o sentimento que deve mover o ser humano e suas relações com o seu próximo, que é a empatia e, a partir desta, o respeito às diferentes formas que cada um vê e interpreta os mais distintos eventos que se apresentam.

Sáímos daqui todas e todos com a responsabilidade de disseminar conhecimentos com o intuito precípua de pensar o nosso país, pensar o Brasil fitando um país melhor e mais seguro para nossos descendentes.

Viva o Brasil, viva o Estado Brasileiro.

Muito obrigado!



